



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE ENFERMAGEM
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM**

Maria Eduarda Sabino de Ávila

**Utilização das Práticas Integrativas e Complementares (PIC) por enfermeiros nos
Centros de Saúde de Florianópolis**

Florianópolis

2022

Maria Eduarda Sabino de Ávila

**Utilização das Práticas Integrativas e Complementares (PIC) por enfermeiros nos
Centros de Saúde de Florianópolis**

Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Enfermagem do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do Título de Enfermeiro.

Orientadora: Profa. Dra. Jussara Gue Martini.

Florianópolis

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Ávila, Maria Eduarda Sabino

Utilização das Práticas Integrativas e Complementares (PIC) por enfermeiros nos Centros de Saúde de Florianópolis
Utilização das Práticas Integrativas e Complementares (PIC) por enfermeiros nos Centros de Saúde de Florianópolis / Maria Eduarda Sabino Ávila ; orientadora, Jussara Gue Martini, 2022.

60 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Saúde, Graduação em Enfermagem, Florianópolis, 2022.

Inclui referências.

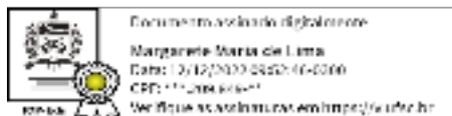
1. Enfermagem. 2. Práticas Integrativas e Complementares. 3. Enfermagem. 4. Atenção Primária de Saúde. 5. Promoção de Saúde. I. Gue Martini, Jussara. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Enfermagem. III. Título.

Maria Eduarda Sabino de Ávila

Utilização das Práticas Integrativas e Complementares (PIC) por enfermeiros nos Centros de Saúde de Florianópolis

Este Trabalho Conclusão de Curso foi julgado aprovado para obtenção do Título de Enfermeira e aprovado em sua forma final pelo Curso de Graduação em Enfermagem da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 26 de outubro de 2022.



Profª. Dra. Margarete Lima
Coordenadora do Curso de Graduação em Enfermagem



Profª. Dra. Jussara Gue Martini
Orientadora

Banca examinadora:

Profª. Dra. Rosane Gonçalves Nitschke
Universidade Federal de Santa Catarina

Profª. Dra. Francis Solange Vieira Tourinho
Universidade Federal de Santa Catarina

Dedico este trabalho à minha família, em especial aos meus pais que são meus tesouros e estão comigo sempre, às pessoas essenciais que estiveram presentes durante essa etapa da minha vida. Ao meu avô materno in memoriam.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, por me dar forças em todos os momentos da minha vida, por superar as dificuldades durante o período de formação e por estar aqui realizando um sonho.

Aos meus pais, por me darem a vida, amor e acreditarem em mim incondicionalmente, por terem dedicado tanto de si, para que eu conseguisse chegar onde sonhamos e ter um futuro precioso. À minha mãe, Andréa Lúcia Sabino, que é uma das minhas maiores incentivadoras, que sempre me apoiou nesta caminhada ao longo da graduação e que não mede esforços para cuidar de nós. Ao meu pai, Fausto Dias de Ávila, que sempre se fez presente para me ajudar no que fosse necessário. Sem o apoio de vocês eu não chegaria até aqui.

Ao meu irmão, Fausto Dias de Ávila Júnior, por sempre torcer pela minha felicidade e meu sucesso.

Obrigada por entenderem meus momentos de tensões, por celebrarem comigo os momentos de alegria, por sempre terem confiado, por apoiarem e nunca desistirem de mim. Eu amo muito vocês.

Aos meus queridos avós, por todos os ensinamentos, momentos e histórias. Ao meu avô, José Manoel Sabino, que foi uma das pessoas que mais sentia orgulho e torcia por mim. Você estará para sempre no meu coração e um dia nos encontraremos novamente. A minha avó, Maria Lúcia Sabino, por sempre ficar feliz e animada com as minhas conquistas.

A minha tia e madrinha, Andrônica Lúcia Sabino, por ser essa pessoa incrível e por sempre torcer e vibrar com as nossas conquistas, tia você é essencial.

Obrigada por todo o afeto, carinho, apoio dado durante minha trajetória, por toda preocupação e conselhos que me deram.

Agradeço em especial minha orientadora, Profa. Dra. Jussara Gue Martini, por aceitar esse desafio, pela compreensão, dedicação, apoio e disponibilidade a compartilhar todo o seu vasto conhecimento. Saiba que lhe admiro muito. Obrigada pelo carinho.

Agradeço aos membros da banca, Prof^a. Dra. Rosane Gonçalves Nitschke, Prof^a. Dra. Francis Solange Vieira Tourinho, Prof^a. Dra. Cristine Moraes Roos, por aceitarem o convite e pela contribuição neste processo importante da minha graduação.

Agradeço aos enfermeiros da Atenção Primária de Saúde de Florianópolis, que mesmo com a correria da rotina de trabalho se disponibilizaram a participar da pesquisa e tornaram possível a realização deste estudo.

Agradeço a minhas amigas que sempre estiveram presentes, sendo luz e suporte em todos os momentos da minha vida, em especial à Maria Victória, Manuela e Tainara, por estarem na minha vida a tantos anos, por estarem sempre perto, vibrando e comemorando a vida, por sempre me incentivarem a seguir o meu sonho, me apoiando e aconselhando. Me inspiro em cada uma de vocês e tenho orgulho da força e dedicação de cada uma. Vocês foram essenciais nesta minha trajetória. Gratidão por tudo.

Às minhas amigas desde o primeiro semestre da graduação, que vou levar para o resto da vida no coração, Manuela, Paola, Andréia, Tuany e Shirley. Vocês fizeram parte de momentos incríveis e difíceis da minha vida. Obrigada por sempre alegrarem meus dias e me encorajarem a crescer e evoluir. Tenho orgulho das profissionais que vocês se tornaram, cada uma de vocês me inspira de alguma maneira.

Aos meus parceiros de trabalho, em especial a Jéssica por sempre acreditar no meu potencial, incentivar e encorajar nessa reta final, sempre mostrando que tudo valeria a pena. Você é incrível.

Por fim, agradeço aos professores que caminharam ao nosso lado durante a jornada acadêmica, que incentivaram a busca do conhecimento, me marcaram e me fizeram chegar até aqui, têm toda minha admiração.

Hoje só me resta agradecer, pois sou uma pessoa mais capaz e realizada, não esqueço de quem esteve ao meu lado, a vocês minha eterna gratidão.

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso em Enfermagem, tem como objetivo conhecer o perfil dos profissionais enfermeiros em relação a utilização das Práticas Integrativas e Complementares (PIC) na Atenção Primária de Saúde (APS) do município de Florianópolis. Refletir sobre a importância das PIC na atuação do profissional enfermeiro e na atenção primária. A pesquisa foi desenvolvida através do método quantitativo e descritivo com base em dados obtidos através de um formulário de pesquisa enviado aos enfermeiros da rede municipal de saúde de Florianópolis. Os resultados analisados evidenciam que as PIC têm auxiliado no tratamento dos pacientes, juntamente com a medicina alopática. Os principais resultados obtidos demonstram que todos os profissionais concordam que a utilização das PIC tem alcançado resultados positivos, conforme relatos. E com isso, elencam a importância e a necessidade de mais cursos de aperfeiçoamento e gratuitos para que os profissionais da saúde possam oferecer o uso durante o atendimento aos usuários que utilizam a rede pública de saúde de Florianópolis.

Descritores: Práticas Integrativas e Complementares. Terapias Complementares. Enfermagem. Atenção Primária à Saúde. Centros de Saúde. Promoção da Saúde.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Formulário utilizado na pesquisa sobre a Utilização das Práticas Integrativas e Complementares (PIC) por enfermeiros nos Centros de Saúde de Florianópolis.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico nº 01: Participantes que aceitaram participar da pesquisa em relação às Práticas Integrativas Complementares.

Gráfico nº 02: Distribuição dos participantes de acordo com o tempo de exercício profissional - Florianópolis - 2022

Gráfico nº 03: Tempo de atuação na Atenção Primária de Saúde, formação profissional e posicionamento em relação a utilização das PIC e recomendação durante o atendimento.

Gráfico nº 04: Opinião do entrevistado em relação ao posicionamento a utilização das PIC e a autonomia que traz para o seu atendimento.

Gráfico nº 05: Práticas Integrativas e Complementares utilizadas no atendimento ao usuário da APS de Florianópolis.

Gráfico nº 06: Interesse em realizar pós-graduação em Práticas Integrativas e Complementares e o que acrescentaria referente às PIC.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRATEN - Associação Brasileira de Terapias Naturais em Enfermagem

ABS - Atenção Básica à Saúde

APS - Atenção Primária à Saúde

CS - Centro de Saúde

COFEN - Conselho Federal de Enfermagem

COREN - Conselho Regional de Enfermagem

CEP/CONEP - Comitê de Ética e Pesquisa/ Comitê Nacional de Pesquisa

CNS - Conselho Nacional de Saúde

ESF - Estratégia de Saúde da Família

MS - Ministério da Saúde

MT - Medicina Tradicional

MTC - Medicina Tradicional Chinesa

MCA - Medicina Complementar e Alternativa

MTCI - Medicinas tradicionais, complementares e integrativas

PIC - Práticas Integrativas e Complementares

PMF - Prefeitura Municipal de Florianópolis

PNAB - Política Nacional de Atenção Básica

PNPIC - Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares

SAE - Sistematização da Assistência de Enfermagem

SMS - Secretaria Municipal de Saúde

SUS - Sistema Único de Saúde

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

OMS - Organização Mundial de Saúde

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecimento

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO | 14 |
| 2 OBJETIVO | 17 |
| 3 REVISÃO DA LITERATURA | 18 |
| 3.1 AS PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES | 18 |
| 3.2 POLÍTICA NACIONAL DE PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES | 20 |
| 3.3 LEGISLAÇÃO SOBRE A ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NAS PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES | 22 |
| 3.4 USO DAS PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES NA ATENÇÃO PRIMÁRIA DO BRASIL | 24 |
| 3.4.1 Uso das PIC na Atenção Primária de Florianópolis | 25 |
| 4 METODOLOGIA | 26 |
| 4.1 TIPO DE ESTUDO | 26 |
| 4.2 CENÁRIO DE ESTUDO | 26 |
| 4.3 POPULAÇÃO DO ESTUDO | 26 |
| 4.4 COLETA DE DADOS | 27 |
| 4.5 VARIÁVEIS | 28 |
| 4.5.1 Variáveis Sociodemográficas | 28 |
| 4.5.2 Variáveis Profissionais | 29 |
| 4.5.3 Fontes | 30 |
| 4.6 ANÁLISE DE DADOS | 30 |
| 4.7 ASPECTOS ÉTICOS | 30 |
| 5 RESULTADOS | 31 |
| 5.1 MANUSCRITO | 31 |
| 6 DISCUSSÃO | 39 |
| 7 CONCLUSÃO FINAL | 45 |
| REFERÊNCIAS | 47 |
| APÊNDICES | 51 |
| APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) | 51 |
| APÊNDICE B - Roteiro da pesquisa | 54 |
| ANEXOS | 56 |
| ANEXO 1 - Parecer consubstanciado do Comitê de Ética e Pesquisa | 56 |

| | |
|--|----|
| ANEXO 2 - Declaração da Comissão de Acompanhamento dos Projetos de Pesquisa em Saúde da Prefeitura Municipal de Florianópolis | 59 |
| ANEXO 3 - Parecer final do orientador | 60 |

1 INTRODUÇÃO

As Práticas Integrativas e Complementares (PIC) correspondem ao que a Organização Mundial de Saúde (OMS) denomina de Medicina Tradicional ou Medicina Complementar e Alternativa (MT/MCA). Nos países onde o sistema de saúde realiza ações com base no sistema biomédico, a MT/MCA representa um conjunto variado de terapias e saberes, agrupados por terem características particulares diferentes da medicina alopática e seu uso nos sistemas de saúde vem aumentando nas últimas décadas (SOUSA, 2017).

São ações terapêuticas que diferem da biomedicina ocidental, incluem práticas manuais e espirituais, com ervas e minerais, sem uso de medicamentos (acupuntura, reiki, florais, quiropraxia), atividades corporais (tai chi chuan, yoga, lian gong) entre outras (SOUSA, 2012). Esses procedimentos envolvem abordagens que buscam estimular os mecanismos naturais de prevenção de doenças e promoção da saúde por meio de tecnologias eficazes e seguras, possibilitando ao paciente tratamentos menos agressivos.

As PIC têm mecanismos com ênfase na escuta acolhedora, no desenvolvimento do vínculo terapêutico e na integração do ser humano com o meio em que vive (ambiente e sociedade) (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2015). A incorporação das PIC na Atenção Básica de Saúde (ABS) e seu fortalecimento como método terapêutico e de promoção de saúde, favorece a integralidade da atenção à saúde (SANTOS; TESSER; 2012). Desde 1978, a OMS estimula a implantação da chamada Medicina Tradicional ou Medicina Complementar e Alternativa, objetivando a formulação de políticas para essa área. (OMS, 1978).

Desde então, a OMS demonstra o seu comprometimento incentivando os países membros a formularem e implementarem políticas públicas para o uso racional e integrado da MT/MCA, apresenta engajamento também com o desenvolvimento de estudos científicos para melhor conhecimento de sua segurança, eficácia e qualidade. No Brasil, a legitimação e a institucionalização dessas abordagens de atenção à saúde iniciaram-se a partir da década de 80, principalmente após a criação do Sistema Único de Saúde (SUS).

Com a descentralização e a participação popular, os estados e os municípios ganharam maior autonomia na definição de suas políticas e ações em saúde (BRASIL, 2006). Em 2002 e 2003, foram lançados documentos e resoluções com orientações para a implantação das PIC incluindo quatro pilares fundamentais: estruturação de uma política; garantia de segurança, qualidade e eficácia; ampliação do acesso; e o uso racional (SOUSA; 2012).

De acordo com as recomendações, em 2006, no Brasil o Ministério da Saúde publicou a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no SUS através da

Portaria GM/MS nº 9712, essa portaria traz orientações para estruturar as PIC nos serviços de Atenção Primária de Saúde (APS).

A Portaria GM/MS nº 9712 tem como objetivo implantar e adequar os serviços da MT/MCA, como acupuntura, homeopatia, plantas medicinais e fitoterapia, termalismo social/crenoterapia e medicina antroposófica nas práticas de atenção à saúde no país. A PNPIC incentivou a inserção e o fortalecimento das PIC, principalmente na APS, com o esclarecimento dos instrumentos, técnicas e práticas terapêuticas a serem implantados no SUS (SOUSA, 2012).

Nesse contexto, a PNPIC, ao destacar a inserção das práticas na atenção primária, contribui para a ampliação do acesso às mesmas, com o aumento da resolutividade e com a construção de um cuidado continuado, humanizado e integral, oferecendo acesso aos usuários do SUS. As PIC foram institucionalizadas no SUS por meio da PNPIC, que contempla diretrizes e responsabilidades institucionais para oferta de serviços. Atualmente são oferecidas 29 terapias pelos serviços de saúde do SUS em todo o país.

Em 2006 eram apenas 5 práticas: acupuntura, homeopatia, fitoterapia, antroposofia e termalismo. Em 2017, a PNPIC foi ampliada com 14 novas PIC: arteterapia, ayurveda, biodança, dança circular, meditação, musicoterapia, naturopatia, osteopatia, quiropraxia, reflexologia, reiki, shantala, terapia comunitária integrativa e yoga, a partir da publicação da portaria nº 849. Já em 2018, com a portaria nº 702, mais 10 terapias complementares foram acrescentadas: apiterapia, aromaterapia, bioenergética, constelação familiar, cromoterapia, geoterapia, hipnoterapia, imposição de mãos, ozonioterapia e terapia de florais.

A atenção à saúde com o uso das práticas integrativas tem crescido no mundo e sua importância vem sendo ressaltada em vários estudos. Florianópolis foi o município pioneiro em Santa Catarina ao disponibilizar médicos homeopatas e acupunturistas na rede básica de saúde desde 1978. E observa-se grande interesse das comunidades locais pelas PIC devido às influências culturais ou experiências individuais. A PNPIC tem como princípio o desenvolvimento das PIC em caráter multiprofissional. Para regulamentar a utilização dessas terapias no cuidado de enfermagem, o Conselho Federal de Enfermagem (COFEN) emitiu a Resolução nº 197/1997 que estabelece e reconhece as Terapias Alternativas como especialidade e/ou qualificação do profissional de enfermagem, foi revogada por meio da Resolução nº 0500/2015.

A Resolução 389/2011 lista as especialidades reconhecidas pelo mesmo Conselho e nela consta "Enfermagem em Terapias Holísticas e Complementares" como uma das áreas (CARVALHO; NOBREGA; 2017). A condição para receber esta titulação e exercer tais práticas é a de que o profissional de enfermagem deverá ter concluído o curso com uma carga

horária mínima de 360 horas, reconhecido por instituição de ensino ou entidade congênere como curso de especialização (COFEN, 1997).

A atuação da enfermagem nesse campo é muito importante para a área e para a implantação da PNPIC no SUS, pois esses profissionais constituem mais de 50% da força de trabalho do sistema público de saúde do país. Afirma-se que os enfermeiros generalistas podem enriquecer significativamente sua prática profissional se agregarem ao seu conhecimento os saberes acerca das PIC.

E além de serem usadas na atuação no SUS, podem ser oferecidas em consultórios e clínicas particulares, abrindo um leque de atuação e autonomia profissional, uma vez que possuem respaldo legal para a atuação em serviços públicos e privados. Os enfermeiros são profissionais de destaque na implementação e utilização das PIC, uma vez que os princípios holísticos de sua formação são convergentes com os paradigmas que fundamentam as PIC.

O objetivo desta pesquisa é conhecer quais as Práticas Integrativas e Complementares são mais utilizadas pelos enfermeiros nos Centros de Saúde de Florianópolis, tendo em vista as contribuições das PIC nos atendimentos e na saúde dos usuários.

2 OBJETIVO

Conhecer o perfil dos profissionais enfermeiros em relação a utilização das Práticas Integrativas e Complementares (PIC) na Atenção Primária de Saúde (APS) do município de Florianópolis. E a importância das PIC na atuação do profissional enfermeiro na atenção primária.

3 REVISÃO DE LITERATURA

A revisão de literatura foi desenvolvida com base em consultas realizadas em dados oficiais, publicações acadêmicas, legislação, livros e políticas públicas referentes à temática do trabalho.

3.1 AS PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES

As PIC são definidas por Barros e Tesser (2008) como um grupo de sistemas médicos e terapêuticos de cuidado à saúde, práticas e produtos que não são presentemente considerados parte da biomedicina e são orientadas pelos seguintes princípios: escuta acolhedora, desenvolvimento do vínculo terapêutico, integração do ser humano com o ambiente e a sociedade, visão ampliada do processo saúde-doença, promoção global do cuidado humano, entre outros.

Ainda Luz (2005), defende que as Práticas Integrativas e Complementares é o termo utilizado pela Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) para conceituar e enunciar as práticas terapêuticas diversas da medicina científica, para designar qualquer forma de cura que não seja propriamente biomédica, mas que também tenha sua importância na manutenção ou recuperação da saúde.

No Brasil, as PIC tiveram seu reconhecimento legal em 2006, quando foram instituídas as terapias complementares, que são ofertadas pelo SUS, através da homologação da PNPIC (BRASIL, 2006).

Seguindo esses avanços, o SUS atendendo a novos direcionamentos da OMS passou a reconhecer e incorporar no tratamento de alguns usuários a Medicina Tradicional Chinesa, em toda a rede nacional de saúde. Assim novos avanços foram autorizados, com a ampliação do rol de terapias o atendimento à população com novos tratamentos como arteterapia, ayurveda, biodança, dança circular, meditação, musicoterapia, naturopatia, osteopatia, quiropraxia, reflexoterapia, reiki, shantala, terapia comunitária integrativa, yoga e outros (BRASIL, 2017). Com isso, o Ministério da Saúde atualmente recomenda o uso das Práticas Integrativas e Complementares, o que tem levado o público alvo a conhecê-las e a fazer uso das mesmas durante o tratamento, nas redes públicas de atendimento (GOYATÁ et al., 2016).

Neste contexto, a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), em sua primeira versão, compreendia 5 práticas terapêuticas. Atualmente estão incluídas 29 práticas terapêuticas na PNPIC. Sua proposta é ampliar o acesso às ações de atenção à saúde no ponto de vista da integralidade do cuidado, contando com diversas dimensões dos problemas

de saúde pública e das pessoas, a partir de um enfoque integral e de boa qualidade (BRASIL, 2017).

O Ministério da Saúde atualmente recomenda as PIC, principalmente na Atenção Primária à Saúde, buscando a promoção, manutenção e recuperação da saúde, demonstrando que precisam ser executadas levando as pessoas a conhecê-las para ampliar o acesso (GOYATÁ et. al., 2016). O acesso dos usuários do SUS às práticas integrativas têm crescido exponencialmente. A introdução das PIC na rede de saúde permite ampliar novas opções de tratamentos para determinadas situações, formas não agressivas e que podem complementar um tratamento ou também ser usado como principal fonte de cuidado do paciente (BRASIL, 2017).

O SUS implementou as práticas complementares para serem desenvolvidas no âmbito da atenção à saúde da população, a fim de levar conhecimentos e reformulações nas práticas curativistas, para isso deve-se ter enfermeiros capacitados para tais ações, pois são eles que têm maior contato direto com o paciente, para acolher e intervir na promoção, prevenção e tratamento dos usuários, a fim de diminuir incidências de dependências medicamentosas sabendo que isso gera inúmeros problemas para os usuários (BRASIL, 2017).

As práticas complementares mais conhecidas de acordo com o Ministério da Saúde são por exemplo, a arteterapia, ayurveda, biodança, dança circular, meditação, musicoterapia, naturopatia, osteopatia, quiropraxia, reflexoterapia, reiki, shantala, yoga, acupuntura, terapia comunitária integrativa pois obtém o maior índice de usuários (BRASIL, 2017).

Assim, ao fornecer ao usuário da rede pública de saúde as PIC, é possível promover a atividade terapêutica fundamentada em teorias direcionadas aos aspectos ambientais e comportamentais do processo saúde-doença. As PIC se apresentam como estratégias potencialmente importantes para o combate aos novos desafios na atenção à saúde da população. Sendo que o desenvolvimento das PIC nos centros de saúde, não se limita a buscar a melhor maneira para a prestação de um serviço terapêutico, mas busca a diversificação com um atendimento mais humanizado (HABIMORAD et al., 2020).

Todavia, a instituição das PIC no SUS é considerada um desafio para os gestores públicos, pois há poucos recursos humanos capacitados, financiamento insuficiente, falta de espaços para o desenvolvimento de novas práticas e ainda há dificuldade de integração entre as PIC e a lógica biomédica (SANTOS; TESSER, 2012).

Diante do exposto, as PIC constituem um conjunto amplo e heterogêneo de formas de prevenção, diagnóstico e tratamento. Algumas delas pertencem a tradições terapêuticas dos povos orientais. Outras práticas têm origem em diferentes culturas e se utilizam em maior ou menor extensão de conhecimentos seculares da população e ainda outras, têm como pressuposto

a existência de energias sutis que atuam em benefício da prevenção e cura das pessoas (MARQUES, PEREIRA NETO, 2010).

3.2 POLÍTICA NACIONAL DE PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES

No Brasil, através da publicação da Portaria 971/2006, foi aprovada a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), no Sistema Único de Saúde. O texto destaca o reconhecimento sobre o que são as PIC, destacando sua importância como objeto de atenção e ação do Estado, através de estratégias de cumprimento dos princípios norteadores e das diretrizes do SUS. Enfatiza que as PIC devem ser compreendidas como direcionamentos da Organização Mundial de Saúde (OMS), que vem estimulando o uso da Medicina Tradicional/Medicina Complementar Alternativa nos atendimentos da rede pública de saúde, integrando-as com as técnicas da medicina convencional o que precisa ser compreendido como parte do SUS. (BRASIL, 2006).

A PNPIC é uma política pública que se estabeleceu a partir de demandas sociais recorrentes manifestadas nos diversos Conselhos Nacionais de Saúde (CNS), e das diretrizes da OMS, para ofertar aos usuários além da medicina alopática, a medicina alternativa. A PNPIC propõe o cuidado continuado, humanizado e integral em saúde, contribuindo com o aumento da resolubilidade do sistema, com qualidade, eficácia, eficiência, segurança, sustentabilidade, controle e participação social (BRASIL, 2006).

A PNPIC é resultado de movimentos organizados pela sociedade em todo o território nacional pela busca de formalizar o que já estava sendo realizado nos municípios, pois anterior à publicação da PNPIC, já era sabido que várias práticas eram ofertadas nos serviços públicos de saúde das redes municipais (SANTOS, F.A.S et al).

Na concepção do Ministério da Saúde (2006), a implementação da PNPIC parte do princípio norteador determinado por elementos políticos, técnicos, econômicos, sociais e culturais que compõe a sociedade brasileira e de sua importância para a saúde pública nas esferas estaduais e municipais, devido à falta de diretrizes específicas sobre ao fornecimento adequado e registros dos insumos de acompanhamento e avaliação da atenção à saúde.

A PNPIC, busca estimular os mecanismos naturais de prevenção de agravos do paciente e auxiliar na recuperação da saúde, com a utilização de métodos eficazes e seguros, incluindo nesse processo, ações acolhedoras, iniciando um vínculo entre os envolvidos, oportunizando uma integração humana, compartilhada pelas diversas abordagens incluídas nesse campo de atendimento, ampliando a visão sobre o processo saúde-doença e a promoção do cuidado,

especialmente do autocuidado do usuário do sistema de saúde (MS, 2006).

Assim, a implementação da PNPIC se justifica por elementos políticos, técnicos, econômicos, sociais e culturais da sociedade, pois a utilização da medicina alternativa faz parte da cultura do povo, pois a necessidade de conhecer, apoiar, incorporar e implementar experiências que já vêm sendo desenvolvidas na rede pública de muitos municípios e estados antes da Portaria Federal ser homologada, pois pesquisas desenvolvidas neste campo na esfera municipal e estadual, evidenciam resultados positivos no uso e necessitava de diretrizes específicas para atender aos usuários do SUS, principalmente na capacitação de profissionais e de insumos para realizar esses atendimentos (MS, 2006).

Acerca da PNPIC, destaca-se os objetivos norteadores para o atendimento que são: “1. Incorporar e implementar no SUS, na perspectiva da prevenção de agravos e da promoção e recuperação da saúde, com ênfase na atenção básica, voltada para o cuidado continuado, humanizado e integral em saúde” (MS, 2006, p.24). Assim, nesse primeiro objetivo destaca a importância e o cuidado na prevenção e promoção da recuperação do paciente no período de tratamento (MS, 2006). O segundo objetivo é: “2. Contribuir ao aumento da resolubilidade do Sistema e ampliação do acesso à PNPIC, garantindo qualidade, eficácia, eficiência e segurança no uso” (MS, 2006, p.24), evidenciando a necessidade de um atendimento de qualidade, resultando em um atendimento mais humanizado e eficiente, em conjunto com a medicina alopática (MS, 2006).

Ainda citando os objetivos da PNPIC, o terceiro é: “3. Promover a racionalização das ações de saúde, estimulando alternativas inovadoras e socialmente contributivas ao desenvolvimento sustentável de comunidades” (MS, 2006, p.24), destacando a importância social e suas contribuições sustentáveis para a economia das comunidades que fazem a utilização das PIC (MS, 2006).

E para finalizar, o último objetivo: “4. Estimular as ações referentes ao controle/participação social, promovendo o envolvimento responsável e continuado dos usuários, gestores e trabalhadores nas diferentes instâncias de efetivação das políticas de saúde (MS, 2006, p, 24). Portanto, é importante buscar através de ações, uma participação efetiva e continuada dos usuários no decorrer do tratamento, para assim atingir as metas elencadas nas políticas públicas de atendimento à sociedade (MS, 2006).

3.3 LEGISLAÇÃO SOBRE A ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NAS PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES

A figura do enfermeiro, desde o surgimento dos estabelecimentos hospitalares e da organização da enfermagem como ciência, sempre foi ligada às instituições tais como hospitais e unidades básicas de saúde, o que as condicionava a práticas relacionadas à medicina alopática (TESSER; SOUSA; NASCIMENTO, 2018).

Diante dessa realidade, a adesão do enfermeiro às PIC, torna o atendimento mais eficiente para os usuários do serviço público de saúde. É de grande valia que os profissionais estejam capacitados para informar e atender os usuários sabendo dos benefícios que elas geram e também reconhecer efeitos colaterais, sabendo que para o tratamento dos transtornos da ansiedade elas podem ser usadas isoladas ou associadas com os fármacos, que nesse âmbito, gera interesse ao enfermeiro na área da saúde contando que o mesmo seja apto para aplicar as práticas (PENNAFORT et al., 2012).

Desta forma, o Conselho Federal de Enfermagem, por meio da Resolução COFEN nº 197/97, determina e reconhece as Terapias Alternativas como qualificação do profissional enfermeiro. Sendo que a condição para ter este título é concluir e ser aprovado em um curso ofertado por instituição reconhecida de ensino, contando com carga horária mínima de 360 horas (MAGALHÃES; ALVIM, 2013).

Assim, o profissional de enfermagem capacitado para atender utilizando as PIC, tem participação no atendimento do paciente, que escuta com atenção os relatos dos usuários, apresenta disposição e interesse, beneficiando sua liberdade de expressão, atendendo como um indivíduo único, com a assistência de enfermagem individualizada, sendo assim, promotor da saúde integral do ser humano (NASCIMENTO; OLIVEIRA, 2016).

Um longo caminho ainda precisa ser percorrido no sentido de fortalecer a utilização das PIC no SUS e principalmente por enfermeiros, que podem encontrar nessas terapias uma possibilidade de intervenção em benefício da sociedade (AZEVEDO et al. 2018).

O enfermeiro que atua com o objetivo de aplicar as PIC, leva em conta a escuta atenta e a empatia para o cumprimento destas práticas, já que a enfermagem é uma ciência que se revela ao determinar um relacionamento terapêutico intenso entre o enfermeiro e o paciente. Acredita-se que no momento em que o enfermeiro oferece um ambiente de confiança fundamentado no diálogo e escuta acolhedora, ele consegue desempenhar um atendimento individualizado, cujo desenvolvimento terapêutico será atingido com a pessoa cuidada e de maneira personalizada (JALES et al., 2020).

Portanto, a implementação das PIC, exige profissionais de saúde preparados e qualificados para o desempenho destas atividades, o enfermeiro é um dos profissionais requisitados a desenvolver em seu processo de trabalho estas práticas, desde que capacitado

para tal função (BRASIL, 2018).

A expansão do uso das práticas complementares propicia novas opções para a autonomia do enfermeiro ser exercida, contanto que esteja em condições de apropriação para executá-las legalmente inseridas nas normas do MS como por exemplo a acupuntura, a qual o enfermeiro tem respaldo legal para praticar e está amparado pela Resolução COFEN nº 585/2018 que reconhece e estabelece a acupuntura como especialidade e/ou qualificação do enfermeiro (COFEN, 2018).

Corroborando com a necessidade de formação condizente para atuar nas PIC os enfermeiros devem buscar cursos de capacitação, pós-graduação, especializações nessa área, pois quanto mais capacitado o profissional, maior sua competência para obter bons resultados (PENNAFORT et al., 2012). O COFEN, apoia a iniciativa do Ministério da Saúde com as práticas complementares na Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no Sistema Único de Saúde e destaca que é uma evolução na área de saúde e na promoção do cuidado com ênfase no grande número de profissionais da enfermagem neste campo, podendo atuar de forma regular de acordo com as políticas nacionais e capacitação para fornecer um atendimento adequado a população (COFEN, 2018).

De acordo com o código de ética de enfermagem o enfermeiro atua na promoção, prevenção, recuperação e na reabilitação, com isso seguindo os preceitos éticos e legais surge uma ampla autonomia para desenvolver esses tratamentos e atividades, não precisando de prescrições médicas e podendo ampliar as intervenções de enfermagem no processo da Sistematização da Assistência em Enfermagem (SAE), pois é o profissional que mais está em contato com o paciente em hospitais, clínicas, centros de saúde e até mesmo em visitas domiciliares, atuando de forma ágil, saudável e eficaz, ofertando ao paciente uma qualidade de vida melhor, sem dependências, sem afetar a saúde mental e sim progredindo com tratamentos que vão preservar a sanidade mental (COFEN, 2018).

Destaca-se ainda que a Classificação de Intervenções de Enfermagem (NIC, 2010) inclui intervenções que devem ser desenvolvidas pelo enfermeiro para minimizar a ansiedade, tensão e estresse tais como: musicoterapia, aromaterapia, arteterapia, controle do ambiente, relaxamento muscular progressivo, facilitação do processo de meditação, técnica para acalmar, escutar ativamente, aconselhamento, entre outras. No contexto das práticas integrativas o enfermeiro contribui com um olhar holístico às pessoas com transtorno de ansiedade, sabendo qual intervenção será melhor para contribuir com seu bem-estar social, psíquico e espiritual, com foco assistencial à saúde do indivíduo (MELO et al., 2013).

Neste contexto, a enfermagem deve constituir um novo ponto de vista de integração e

associação do cuidado convencional com os cuidados alternativos. Para tal, é necessário que se inclua, na graduação, disciplinas teórico práticas de métodos alternativos, e, quando egressos, os profissionais enfermeiros busquem cursos de capacitação ou formação continuada em PIC, além de recomendações na Associação Brasileira de Terapias Naturais em Enfermagem (ABRATEN), para conseguir ferramentas necessárias para o exercício correto das PIC (CONTATORE et al., 2015).

3.4 USO DAS PIC NA ATENÇÃO PRIMÁRIA NO BRASIL

A rede de atendimento voltada à atenção básica é o primeiro nível de atenção em saúde de quem faz uso da rede pública e se caracteriza por um conjunto de ações de saúde, no âmbito individual e coletivo, visando contribuir no tratamento do paciente, que abrange a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação, a redução de danos e a manutenção da saúde com o objetivo de desenvolver uma atenção integral que impacte positivamente na situação de saúde das coletividades. (BRASIL 2017).

No Brasil, a atenção básica à saúde vem sofrendo inovações importantes desde o ano de 1990, principalmente a partir da expansão da cobertura da Estratégia da Saúde da Família (ESF) (MELLO et al, 2009). A atenção básica no Brasil é desenvolvida com descentralização, devendo ser a primeira porta de entrada dos usuários ao sistema de saúde. Orienta-se nos princípios do SUS, universalidade, equidade, integralidade, vínculo, humanização e participação social, considerando o sujeito com sua singularidade, buscando atenção integral (BRASIL, 2012).

A atenção básica é uma estratégia em âmbito populacional que requer o compromisso de governos para abordar a ampla variedade de influências sobre a saúde e ir de encontro às necessidades em saúde da população, através dos serviços de atenção primária e sua relação com outros níveis e tipos de serviço (GIL, 2006).

Neste sentido, as orientações da atenção primária estão associadas a uma saúde melhor, na rede pública, com custos mais baixos, atingindo uma satisfação das pessoas nesse modelo de atendimento. Os países com uma orientação mais forte para atenção primária, na verdade, possuem maior probabilidade de ter melhores níveis de saúde e custos menores (CAMPOS et al., 2012).

Neste contexto, a atenção básica é um direito humano que se faz por meio de uma rede regionalizada e hierarquizada que se constitui num sistema único, organizado com descentralização e direção única em cada esfera de governo, atendimento integral com

prioridade para as ações preventivas e participação da comunidade (BRASIL, 2014).

Portanto, a inserção do atendimento com as PIC no SUS, voltadas à atenção primária é entendida como um aprofundamento do cuidado em saúde, o qual deve ser coordenado pela Estratégia de Saúde da Família, na busca da integralidade da atenção, de maior acesso a serviços e possibilidade de exercício da cidadania para os usuários da rede pública de saúde (MELLO et al, 2009).

Seguindo nesta perspectiva, em 2006, a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), na qual afirma que a atenção básica tem a saúde da família como estratégia prioritária para sua organização, de acordo com os preceitos do SUS tem por finalidade ampliar o atendimento em todo o território nacional, visando assim difundir o atendimento através das PIC (BRASIL, 2006).

Assim, dentro dos parâmetros gerais a atenção básica é definida como um conjunto de ações de saúde, no âmbito individual e coletivo, que abrangem a promoção e proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação e manutenção da saúde da população em geral (BRASIL, 2006).

De acordo com Giovanella e Mendonça (2008), a PNAB ampliou o escopo e a concepção da atenção básica ao incorporar os atributos da atenção primária à saúde abrangente, colocando-a como porta de entrada preferencial do SUS, assim como, ponto de partida para estruturação dos sistemas de saúde.

3.4.1 Uso das PIC na Atenção Primária de Florianópolis

Na rede pública de Florianópolis, a homologação da Portaria 047/2010, reconheceu legalmente o uso das PIC, elencando os direcionamentos gerais para o desenvolvimento das ações nessa área, visando ainda regulamentar as PIC, a portaria citada e a comissão responsável nessa área passe a ter caráter permanente, com suas atribuições bem definidas, e ainda legitimou a atuação desses profissionais que possuíam formação na área de atuação, inclusive com direcionamentos quanto ao atendimento desses profissionais na atenção primária dos usuários do sistema de saúde (PMF, 2020).

Seguindo, nos avanços legais em agosto de 2007 a Secretaria de Saúde editou a Portaria nº 283/2007 que estabelece a Política Municipal de Saúde no Município, centrada nas suas ações na Estratégia de Saúde da Família, como eixo norteador da APS de Florianópolis. para organização dos serviços, gestão e direcionamento das ações de educação permanente (PMF, 2020).

4 METODOLOGIA

O trabalho foi organizado em capítulos para uma melhor compreensão, partindo da introdução e revisão de literatura elencando as definições das PIC, PNPIC, legislação sobre a atuação do enfermeiro com as PIC e o seu uso na Atenção Primária de Saúde no Brasil e no município de Florianópolis.

4.1 TIPO DE ESTUDO

Trata-se de uma pesquisa exploratória, descritiva, de abordagem quantitativa. A metodologia quantitativa, na concepção de Polit, et al (2004), tem sua origem no pensamento positivista lógico, que enfatiza o raciocínio lógico dedutivo, as regras da lógica, possibilitando a verificação dos dados resultantes das experiências humanas. E descritiva que Lima (2011), a pesquisa descritiva para elaboração do estudo, está relacionada com a relação do processo a ser estudado, onde não ocorre interferência do pesquisador nos resultados.

4.2 CENÁRIO DO ESTUDO

O estudo foi realizado na Atenção Primária de Saúde (APS) do município de Florianópolis localizado no Estado de Santa Catarina na Região Sul do Brasil, através da aplicação de um formulário enviado aos e-mails das Equipes de Saúde da Família de cada Centro de Saúde (CS) de Florianópolis.

O formulário on-line foi enviado para 146 e-mails, para que os profissionais enfermeiros de cada ESF pudessem responder, destes 63 enfermeiros aceitaram participar da pesquisa e responderam o formulário.

A Secretaria de Saúde do Município de Florianópolis, em sua estrutura de serviços de saúde, conta com 50 Centros de Saúde divididos em quatro Distritos Sanitários (DS): Centro, Continente, Norte e Sul. Integra, ainda, quatro policlínicas, duas Unidades de Pronto Atendimento, dois Centros de Atenção Psicossocial, um para atendimento de 27 adultos e outros para atendimento de crianças e adolescente, dois Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas, e um Centro de Controle de Zoonoses (PMF, 2008).

4.3 POPULAÇÃO DO ESTUDO

A população do estudo foi constituída por enfermeiros da rede municipal de saúde de Florianópolis, cerca de 161 profissionais trabalham nos CS. Critérios de inclusão: enfermeiros

da APS de Florianópolis que trabalham prestando assistência nos CS. Critérios de exclusão: outras categorias de profissionais da saúde.

4.4 COLETA DE DADOS

Os dados foram coletados com base na pesquisa elaborada pela responsável do estudo, através de um formulário on-line feito na plataforma Google Forms e enviado aos enfermeiros da rede municipal de saúde de Florianópolis. on-line respondido no período de junho a agosto de 2022, enviado através dos e-mails das ESF de cada CS. Os dados foram obtidos através das respostas dos enfermeiros participantes da pesquisa.

Os resultados foram organizados em gráficos, utilizando critérios como o tempo de formação, especialização, se apoia, indica e utiliza alguma das PIC no seu atendimento, se percebe maior autonomia com o uso das PIC em seus atendimentos e se vê resultados positivos na saúde dos usuários. E a conclusão final, contemplando a síntese do processo de pesquisa, bem como dos resultados mais relevantes nela identificados e algumas proposições. Na sequência, estão as referências utilizadas nessa construção e os anexos referentes à pesquisa.

Quadro 01: Formulário utilizado na pesquisa sobre a Utilização das Práticas Integrativas e Complementares (PIC) por enfermeiros nos Centros de Saúde de Florianópolis.

| | | | |
|--|--|--|--|
| Título da pesquisa: Utilização das Práticas Integrativas e Complementares (PIC) por enfermeiros nos Centros de Saúde de Florianópolis | | | |
| Após ler o TCLE você aceita participar desta pesquisa? () Sim () Não | | | |
| Dados Sociodemográficos | | | |
| Sexo: () Feminino () Masculino | | Idade: () 22 a 29 anos () 30 a 39 anos () 40 a 49 anos () 50 a 59 anos () 60 ou mais | |
| Dados Profissionais | | | |
| Há quanto tempo é formado? () menos de 1 ano () 1 a 5 anos () 5 a 10 anos () 10 a 15 anos () 15 a 20 anos () 20 a 25 anos () 25 a 30 anos () 30 ou mais | | Há quanto tempo atua na Atenção Primária de Saúde? () menos de 1 ano () 1 a 5 anos () 5 a 10 anos () 10 a 15 anos () 15 a 20 anos () 20 a 25 anos () 25 a 30 anos () 30 ou mais | |

| | |
|--|--|
| Tem alguma especialização? Se sim, qual? () Sim () Não | A qual distrito pertence o seu Centro de Saúde? () Norte () Sul () Centro () Continente |
| Sobre a utilização da Práticas Integrativas e Complementares (PIC) na APS: () Apoia () Não apoia () Neutro | Você recomendaria o uso das PIC para alguém? () Sim () Não |
| Realiza ou já realizou o uso de alguma das 29 PIC oferecidas pelo SUS no seu atendimento aos pacientes? () Sim () Não | |
| Se sim, selecione qual/quais. () acupuntura () homeopatia () fitoterapia () antroposofia () termalismo () arteterapia () ayuverda () biodança () dança circular () meditação () musicoterapia () naturopatia () osteopatia () quiropraxia () reflexologia () reike () shantala () terapia comunitária integrativa () yoga () apiterapia () aromaterapia () bioenergética () constelação familiar () cromoterapia () geoterapia () hipnoterapia () imposição de mãos () ozonioterapia () terapia de florais | |
| Em sua opinião, acha que traz autonomia para o seu atendimento? () Sim () Não | |
| Vê resultados positivos na saúde dos indivíduos com uso das PIC? () Sim () Não Se sim, descreva se possível os resultados que foram obtidos com o uso das PIC utilizadas; | |
| Na sua opinião, atrapalha o tratamento convencional? () Sim () Não E o porquê? | |
| Tem interesse em fazer pós-graduação em Terapias Integrativas? Gostaria de acrescentar algo? | |

4.5 VARIÁVEIS

As variáveis sociodemográficas da pesquisa em relação a utilização das PIC na APS do município de Florianópolis. Para os autores Polit et al, (2011), os estudos quantitativos das variáveis são valores que incorporam determinadas características em uma pesquisa e podem ser quantitativas ou qualitativas.

4.5.1 Variáveis Sociodemográficas

A seguir as variáveis sociodemográficas utilizadas para realizar a pesquisa atual, com a classificação baseadas em pesquisas quantitativas elaboradas através dos dados coletados no

grupo.

A idade informada no momento de responder o formulário, agrupados em: 22 a 29, 30 a 39 anos, 40 a 49 anos e 50 a 59 e 60 ou mais. E a qual sexo biológico pertence.

4.5.2 Variáveis Profissionais

Tempo de formação, tempo de atuação na APS, cursos de especialização, se apoia o uso das PIC, se utiliza no seu atendimento ao usuário, se recomendaria/indicaria, se traz mais autonomia para o seu atendimento, se traz resultados positivos para a saúde do indivíduo e se atrapalha no tratamento convencional.

4.5.3 Fontes

Os dados necessários para realizar a pesquisa foram fornecidos pelos profissionais enfermeiros que atuam na rede pública de Florianópolis, que concordaram com o TCLE e aceitaram participar da pesquisa.

4.6 ANÁLISE DE DADOS

A análise de dados numérica realizada por meio de agrupamento, percentual, elaboração de gráficos e de estatística descritiva simples.

4.7 ASPECTOS ÉTICOS

Esta pesquisa cumpre os termos da Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) que normatiza e regulamenta as pesquisas envolvendo seres humanos no Brasil e visa assegurar os direitos e deveres que dizem respeito aos participantes do estudo e à comunidade, garante o anonimato, a confidencialidade, o direito de voluntariedade, sem riscos à sua vida, exposição profissional ou agravos à sua saúde.

O projeto foi primeiramente encaminhado para o parecer da Secretaria Municipal de Saúde de Florianópolis, através do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), após aprovação pelo município, foi encaminhado ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), por meio da Plataforma Brasil.

No dia 29 de abril de 2021 foi aprovado com o parecer 4.680.569 e CAAE 44151821.6.0000.0121 (ANEXO 1). Todas as condutas foram tomadas para assegurar a confidencialidade dos dados e respeitar o anonimato dos participantes da pesquisa. Esta pesquisa apresenta riscos mínimos à integridade dos participantes. As perguntas foram feitas a

partir de um instrumento de coleta de dados, de forma on-line por e-mail.

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE A), após leitura e esclarecimento, obteve a anuência dos participantes por meio da aceitação em participar da pesquisa e uma via foi enviada aos participantes.

Os gastos com a execução desta pesquisa ficaram sob os encargos exclusivos da pesquisadora, sem quaisquer ônus para a instituição ou para os participantes.

5 RESULTADOS

Os resultados desta pesquisa serão apresentados em forma de um manuscrito, conforme Instrução Normativa para elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) - Curso de Graduação em Enfermagem da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2017.

5.1 MANUSCRITO: UTILIZAÇÃO DAS PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES (PIC) POR ENFERMEIROS NOS CENTROS DE SAÚDE DE FLORIANÓPOLIS.

Maria Eduarda Sabino de Ávila

Orientadora: Profª. Dra. Jussara Gue Martini

RESUMO

A pesquisa tem como objetivo conhecer o perfil dos profissionais enfermeiros em relação as Práticas Integrativas e Complementares (PIC) na Atenção Primária de Saúde (APS) do município de Florianópolis e conhecer a importância das PIC na atuação do profissional enfermeiro. O método quantitativo e descritivo foi utilizado no decorrer da pesquisa através do formulário aplicado pelo Google Forms para os enfermeiros da rede pública de Florianópolis. Os resultados obtidos pela pesquisa destacam que as Práticas Integrativas Complementares têm auxiliado no tratamento, seja através do uso isolado ou concomitantes com a medicina alopática, sendo que, segundo os participantes, uma complementa a outra conforme os dados obtidos. Portanto, as PIC têm contribuído no tratamento dos usuários que utilizam a rede de atendimento de APS no município de Florianópolis.

Descritores: Práticas Integrativas e Complementares. Terapias Complementares. Enfermagem. Atenção Primária à Saúde. Centros de Saúde. Promoção da Saúde.

INTRODUÇÃO

Em 2006, o Ministério da Saúde instituiu uma política que garantiu a integralidade na atenção à saúde: a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Sistema Único de Saúde (SUS) para contribuir no tratamento dos usuários, juntamente com a medicina alopática. Por meio desta, buscou-se incorporar e implementar experiências já desenvolvidas na área da saúde pública em muitos municípios e estados, destacando-se a acupuntura, homeopatia, fitoterapia e medicina antroposófica (BRASIL, 2006b). A

Organização Mundial de Saúde (OMS) vem há décadas estimulando essas práticas nos sistemas de saúde, de maneira integrada com a medicina ocidental moderna (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2005).

Assim, a utilização das Práticas Integrativas e Complementares (PIC) constituem um tratamento alternativo decorrente da medicina popular que está sendo implementado juntamente com o conhecimento científico na área da saúde, pois atualmente pesquisas destacam os resultados positivos nos tratamentos. Com isso, as PIC vêm ganhando espaço, especialmente a homeopatia, acupuntura e fitoterapia, além das práticas corporais de diversas modalidades, em muitos municípios do Brasil (GENIOLE, KODJAOGLANIAN e VIEIRA, 2011).

Diante do exposto, as PIC nada mais são do que práticas baseadas nas racionalidades médicas vitalistas e práticas terapêuticas complementares em saúde, porém, para a OMS o termo utilizado ao se referir a estas terapias é Medicina Tradicional/Medicina Complementar e Alternativa (NASCIMENTO et al., 2013). As PIC atualmente buscam compreender o ser humano na sua integralidade, respeitando suas crenças, sua cultura, reconhecendo que o indivíduo está inserido numa sociedade e é composto por corpo, mente e espírito, desta forma, tratam da pessoa, buscando restabelecer o equilíbrio entre esses fatores (TESSER e LUZ, 2008; BRASIL, 2009).

A PNPIC determina que a implantação das PIC deve ser implantada de forma prioritária na Atenção Primária à Saúde (APS). Neste contexto, percebe-se avanços e fortalecimento do SUS, já que ambas, tanto a APS quanto as PIC, têm importantes pontos similares, como o contexto familiar e social e as práticas não medicamentosas e técnicas de cuidados no atendimento da população (MARQUES et al., 2011).

Neste sentido, as PIC promovem a saúde educando para a autonomia, tocando nas diversas extensões humanas, considerando a afetividade, a amorosidade, a competência criativa e a procura da felicidade com proeminência. Assim, trabalha-se a mobilização da comunidade, agindo no fortalecimento da ação comunitária, dividindo os conhecimentos técnicos e sabedorias populares e designando condições para a constituição de estratégias eficientes no enfoque das dificuldades em saúde (TESSER; SOUSA; NASCIMENTO, 2018).

Diante disso, os profissionais enfermeiros têm papel fundamental na implantação das PIC no sistema público de saúde em todo o país, pois suas contribuições são significativas em suas práticas profissionais, devido seu conhecimento na área da saúde.

Com as determinações legais, o uso das PIC após as orientações gerais da OMS, o SUS passou a usar em seus atendimentos e hoje legalmente já é oferecida em serviços públicos e

privados para seus usuários. Portanto, os enfermeiros têm destaque para contribuir na inserção das PIC na área da saúde.

A pesquisa tem por objetivo conhecer o perfil dos profissionais enfermeiros dos Centros de Saúde (CS) de Florianópolis em relação a utilização das Práticas Integrativas e Complementares (PIC) na Atenção Primária de Saúde (APS) do município de Florianópolis. A importância das PIC na atuação do profissional enfermeiro, tendo em vista as contribuições das PIC nos atendimentos e na saúde dos usuários.

METODOLOGIA

O estudo tem uma abordagem quantitativa e descritiva, baseada nos dados obtidos através da pesquisa, realizada de forma on-line por meio de um formulário respondido pelos enfermeiros da APS de Florianópolis.

O estudo foi realizado com os enfermeiros dos CS do município de Florianópolis através da aplicação de um formulário elaborado no Google Forms, enviado aos e-mails de cada Equipe de Saúde da Família (ESF) de todos os CS de Florianópolis, para conhecer a relação dos enfermeiros com as Práticas Integrativas e Complementares.

Os dados da pesquisa foram obtidos através dos enfermeiros que trabalham na rede municipal de saúde de Florianópolis, são cerca de 161 que atuam no município. O formulário foi enviado para 146 e-mails, para que os enfermeiros de cada equipe de ESF pudessem responder, através da plataforma on-line, 63 enfermeiros aceitaram participar da pesquisa e responderam ao formulário.

Os dados foram coletados através do formulário elaborado pela pesquisadora responsável pelo estudo, enviado no período de junho a agosto de 2022 (APÊNDICE B).

A análise dos dados foi realizada por meio da elaboração de gráficos, utilizando estatística descritiva simples. E a conclusão final, contemplando a síntese do processo de pesquisa, bem como dos resultados mais relevantes nela identificados e algumas proposições. As referências utilizadas nessa construção e os anexos referentes à pesquisa são apresentados ao final do texto.

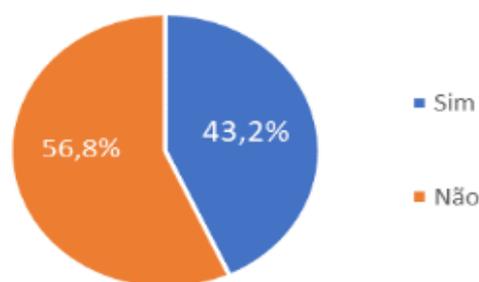
A pesquisa cumpre os termos da Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) que normatiza e regulamenta as pesquisas envolvendo seres humanos no Brasil que visa assegurar os direitos e deveres que dizem respeito aos participantes do estudo e à comunidade, garante o anonimato, a confidencialidade, o direito de voluntariedade, sem riscos à sua vida, exposição profissional ou agravos à sua saúde.

RESULTADOS

Ao apresentar a temática referente a utilização das PIC por enfermeiros nos Centros de Saúde de Florianópolis enviamos o convite aos enfermeiros para participarem da pesquisa, bem como apresentamos o TCLE, priorizando os pontos principais sobre a garantia do sigilo.

A pesquisa foi realizada na rede pública de atenção à saúde, com enfermeiros dos Centros de Saúde do município de Florianópolis, através de um formulário on-line enviado pelo Google Forms, com questões sobre o uso das PIC e em relação à formação profissional para possibilitar o atendimento com as PIC. Com base nos resultados obtidos, após o encerramento da pesquisa, foram alcançados os resultados descritos na sequência.

Gráfico nº 01: Participantes que aceitaram participar da pesquisa em relação às Práticas Integrativas Complementares.

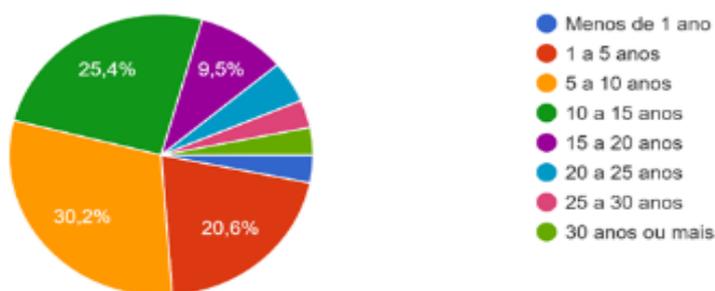


Foram convidados a participarem, por meio do envio de e-mails, um total de 146 enfermeiros da rede pública da APS de Florianópolis, dentre eles 83 enfermeiros convidados não aceitaram participar o que correspondeu a 56,85% e 43,15% aceitaram participar da pesquisa após ler e concordar o TCLE, totalizando 63 participantes.

Quanto a idade dos respondentes, o grupo de 30 a 39 anos atingiu o maior percentual com 50,8% e em segundo lugar o grupo de 22 a 29 anos com percentual de 27% participantes, sendo 85,7% do sexo feminino e 14,3% do sexo masculino.

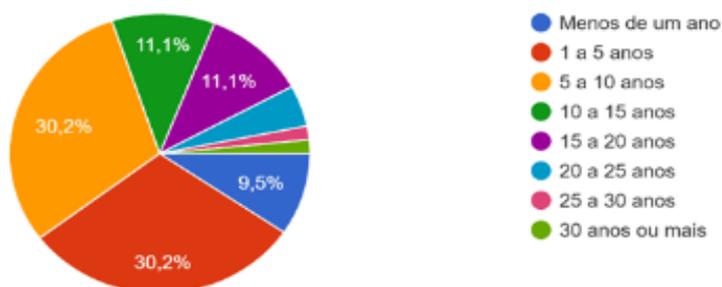
Quanto à localização distrital, o maior índice dos entrevistados pertence ao distrito Sul com 30,2%, seguido pelo Centro e Continente com 25,4% cada e o distrito Norte com 19%.

Gráfico nº 02: Distribuição dos participantes de acordo com o tempo exercício profissional - Florianópolis - 2022.



Quanto ao tempo de formação dos participantes, o maior percentual ficou entre 5 a 10 anos com 30,2%, na sequência o grupo entre 10 a 15 anos com 25,4% e em terceiro lugar com 20,6% corresponde ao grupo com 1 a 5 anos de exercício profissional. Destaca-se, também, que 9,5% dos participantes possuem de 15 a 20 anos de carreira. Além disso, também registramos que 11,2% com mais de 20 anos de formação.

Gráfico n° 03: Tempo de atuação na Atenção Primária de Saúde, formação profissional e posicionamento em relação a utilização das PIC e recomendação durante o atendimento.



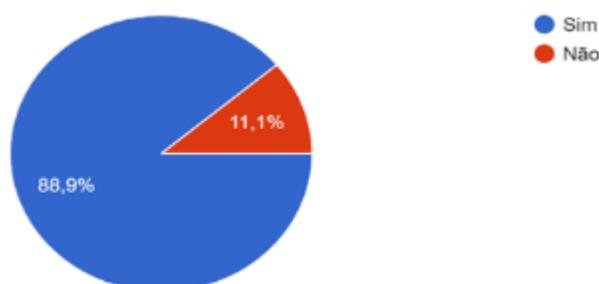
Referente ao tempo de atuação na APS, os maiores índices correspondem ao período de 1 a 5 anos e de 5 a 10 anos, com um percentual de 30,2% cada grupo, seguido pelo grupo com 10 a 15 anos e 15 a 20 anos de atuação que atingiu 11,1% e 9,5% com menos de um ano atuando na APS e os grupos com tempo de atuação superior a 20 anos ficaram com 7,9% do geral.

Quanto aos cursos de especialização, dos 63 participantes da pesquisa, 87,3% possuem essa formação, enquanto 12,7% ainda não cursaram nenhum curso de especialização. O maior percentual está voltado para a Enfermagem em Saúde Coletiva com 30 enfermeiros, que corresponde a 54,3% das 55 respostas, seguido por Enfermagem em Saúde da Mulher com 9,05%, Enfermagem em Práticas Integrativas e Complementares e Gestão em Saúde, ambos com 7,24%, Enfermagem em Urgência e Emergência e Enfermagem em Terapia Intensiva com 5,44%, Enfermagem do Trabalho com 3,62% e por último Enfermagem em Cuidados

Paliativos, Enfermagem em Oncologia, Enfermagem em Estética e Enfermagem em Saúde do Idoso com 1,81% cada uma.

No que se refere a utilização das Práticas Integrativas e Complementares na Atenção Primária de Saúde, dos 63 entrevistados, todos concordam com sua utilização totalizando 100%. E todos os participantes, 100% dos enfermeiros recomendam o uso das PIC.

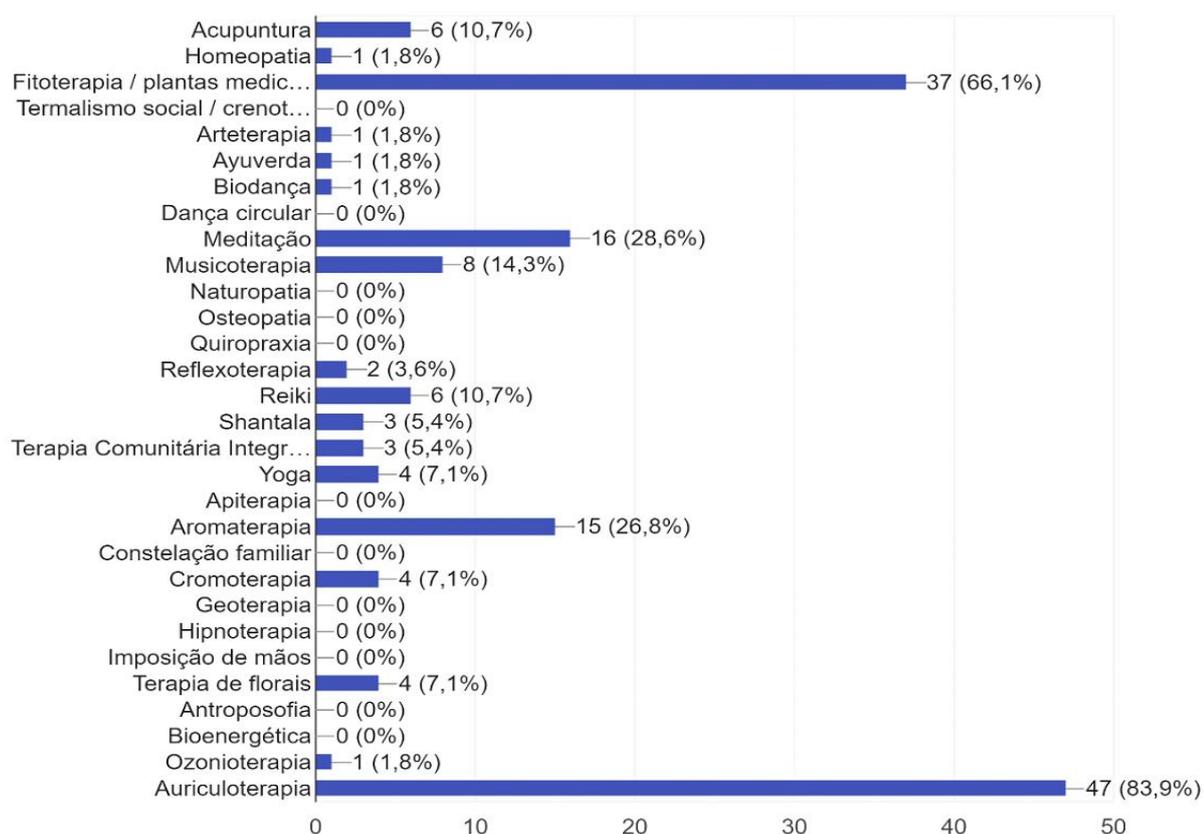
Gráfico n° 04: Opinião do entrevistado em relação ao posicionamento da utilização das PIC e a autonomia que trazem para o atendimento.



No gráfico n° 04, sobre a utilização das PIC, se o enfermeiro já fez ou faz uso de alguma das PIC oferecidas pelo SUS no seu atendimento, 88,9% já fizeram ou fazem uso e 11,1% ainda não utilizaram nenhuma PIC no seu atendimento.

Referente à opinião dos entrevistados, quanto a trazer autonomia para o atendimento 98,4% concordam que sim e 1,6% não concordam.

Gráfico n° 05: Práticas Integrativas e Complementares utilizadas no atendimento ao usuário da APS de Florianópolis.



Quanto às práticas utilizadas pelos profissionais enfermeiros dos CS, atualmente a mais utilizada é auriculoterapia com 83,9%, seguidas por fitoterapia/plantas medicinais com 66,1%, meditação com 28,6%, aromaterapia com 26,8%, musicoterapia 14,3%, reiki e acupuntura com 10,7%, yoga, terapia de florais e cromoterapia com 7,1%, shantala e terapia comunitária integrada com 5,4%, reflexologia com 3,6%, homeopatia, arteterapia, ayuverda, biodança e ozonioterapia com 1,8%.

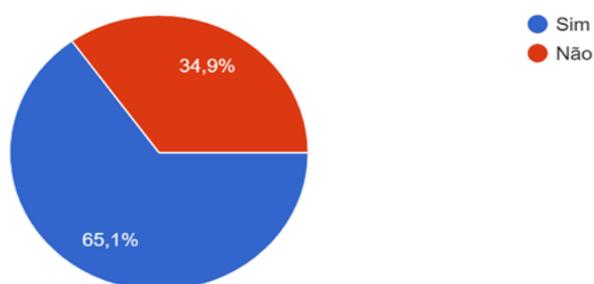
No que diz respeito às PIC, se trazem resultados positivos na saúde dos indivíduos com o seu uso, 100% dos enfermeiros entrevistados concordam que sim.

Em relação aos resultados obtidos através do uso das PIC, obteve 35 respostas, a redução da ansiedade e da depressão com 19,95% nos pacientes, seguidos de 17,1% dores crônicas, melhoria do sono em 14,25% dos pacientes, reduziram os efeitos da menopausa com 11,4%, em redução das dores e efeitos colaterais com 8,55%, que contribuíram para melhor qualidade de vida e equilíbrio emocional com 5,7% ambos, e por último com 2,85% a ampliação da autonomia, da concentração e vínculo com a equipe da saúde.

Quando perguntados se o uso das PIC não atrapalha no tratamento convencional, todos concordaram. Das 35 respostas obtidas no formulário aplicado, 54,15% entendem como tratamento complementar, 14,25% como tratamentos menos invasivos, que melhoraram os resultados do tratamento convencional com 8,55%, seguido de ação terapêutica, auxílio na

resolução de problemas de saúde e associa e complementa os tratamentos alopáticos com 5,7%, seguidos de não farmacológico e novas possibilidades de tratamento com 2,85% em cada um deles.

Gráfico nº 06: Interesse em realizar pós-graduação em Práticas Integrativas e Complementares e o que acrescentaria em relação às PIC.



Referente ao interesse em realizar cursos de pós-graduação em práticas integrativas e complementares 65,1% demonstraram interesse e 34,9% não apresentaram interesse em cursar especialização nessa área.

Quanto ao que gostariam de acrescentar sobre a pesquisa feita, das 35 respostas obtidas, 19,95% citaram como é importante que os usuários na APS tenham acesso às diferentes formas de cuidado que existem e que muitas vezes são bastante resolutivas, seguidos pela falta de tempo e dinheiro para investir em cursos de PIC, a importância da SMS de não só estimular o uso de PIC no município, mas oportunizar e oferecer apoio (inclusive custear) a formação dos profissionais com vínculo efetivo da PMF para viabilizar a implementação de novas práticas ainda pouco acessíveis como Biodança, Dança Circular, Yoga, Reiki, imposição de mãos, Shantala, etc, a necessidade de fortalecer essa prática junto aos colegas de trabalho que não aceitam e veem como "maquiagem" ou placebo essa prática e os resultados observados foram muito positivos com as PIC com 14,25% para cada um deles, seguidos pela importância de oportunizar mais cursos gratuitos para a atenção primária com 11,4%, e as PIC são um excelente complemento do atendimento, tem uma boa aceitação dos usuários encaminhados e bons resultados apresentados com 8,55% e por último a realização de muitos atendimentos individuais em auriculoterapia, tem apenas o curso básico, gostaria de se aprofundar nesse conhecimento teórico-prático com 5,7%.

6 DISCUSSÃO

Atualmente a medicina alopática com novas pesquisas, têm possibilitado incluir na sua prática a utilização de outros métodos, como as PIC, denominadas não convencionais, para tratamento de pacientes, conforme direcionamentos da OMS. Corroborando com essas novas práticas, a OMS adicionou o termo Medicina Integrativa para abordagens integrativas de MTCI e medicina convencional em relação a políticas, conhecimentos e prática (OPAS, 2017).

De acordo com resultados da pesquisa realizada por Sousa e Tesser (2017), referente ao uso das PIC, a APS tem um campo fecundo para o desenvolvimento das práticas integrativas e vai de encontro às propostas da PNPIC (2006), a qual incentiva a implantação das PIC no SUS, sendo a Atenção Básica a porta de entrada do sistema, mas nada impede que estas práticas sejam utilizadas por outros níveis de atenção à saúde.

Considerando todas as orientações da OMS no que se refere às PIC, a atenção primária e os serviços de média e alta complexidade, tem buscado cada vez mais inserir na rede pública tratamentos alternativos para complementar os tratamentos convencionais, conforme dados divulgados pelo site do MS, em relação ao número de 9.350 estabelecimentos de saúde atingindo 56% dos atendimentos individuais e coletivos em Práticas Integrativas e Complementares nos municípios brasileiros, compondo 8.239 (19%) estabelecimentos na APS que ofertam PIC, distribuídos em 3.173 municípios (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020).

Com base nessas informações, a ampliação dos atendimentos na saúde primária através das PIC, tem contribuído de maneira significativa durante o tratamento, juntamente com a medicina alopática, propondo assim uma nova perspectiva para área da saúde em Florianópolis

Pesquisa realizada por Nascimento et al (2018), aponta que no Brasil, ainda se tem poucos cursos de formação em PIC, tanto na formação acadêmica de graduação como na pós-graduação, evidenciando a necessidade de maiores investimentos e de mais pesquisas nessa área para atingir um maior número de profissionais e assim ampliar o número de atendimentos, sendo necessária uma maior oferta de cursos de formação em PIC, para atender todos os serviços atenção primária do país.

As práticas adotadas pelos SUS tem contribuído para o atendimento dos usuários e podem ser utilizadas em todos os pontos da rede de atenção à saúde, prioritariamente na APS com grande potencial de atuação, através da visão ampliada do processo saúde/doença e da promoção integral do cuidado humano, visando o autocuidado de cada paciente, buscando contribuir na redução dos efeitos adversos aos indivíduos como um todo, considerando-os em seus vários aspectos: físico, psíquico, emocional e social.

Machado et al. (2017) mostram a eficácia da aplicação de métodos não farmacológicos sobre a melhora do sono em condições pós-operatórias, reduzindo sua interrupção e melhorando sua qualidade. Outros benefícios descritos por Machado et al. (2017) estão relacionados à diminuição em níveis de ansiedade e dor com a utilização de técnicas de relaxamento.

Em estudo de Mafetoni et al. (2018) utilizou-se da auriculoterapia para redução do grau de ansiedade em gestantes, dado esse levantado com a comparação entre os grupos controle, placebo e intervenção com a utilização da escala da ansiedade de Hamilton. Ele evidenciou que sua efetividade se dá devido à sua ação no controle da dor, que leva a redução da ansiedade. Semelhantemente Bautista et al. (2011) identificou na sua pesquisa que os grupos que receberam a intervenção por acupuntura tiveram redução nos níveis pressóricos mais evidentes que o grupo que fez a utilização de fármacos.

Lasaporani et al. (2013) afirmam que a utilização de PIC quando de forma complementar a outros procedimentos, pode reduzir a necessidade da aplicação de altas doses de medicações, o exemplo citado foi a anestesia, a acupuntura utilizada juntamente com anestésicos farmacológicos possibilita a redução da carga de opióides e anestésicos voláteis.

Com o objetivo de promover a atividade terapêutica e se fundamentar em teorias direcionadas aos aspectos ambientais e comportamentais do processo saúde-doença, as Práticas Integrativas e Complementares se apresentam como táticas potencialmente importantes para o combate aos novos desafios na atenção à saúde. Sendo que a lógica de desenvolvimento das PIC na APS não se trata apenas de buscar a melhor maneira para a prestação de um serviço terapêutico, mas sua diversificação (HABIMORAD et al., 2020).

Assim, a rede pública de saúde municipal de Florianópolis, priorizando um atendimento diferenciado e seguindo as normativas do SUS, implantou nos CS as PIC, essencialmente na ESF, fortalecendo o modelo adotado pelo município e proporcionando mais uma ferramenta terapêutica ao profissional de saúde e aos usuários. Com base na inserção das PIC, a Prefeitura deu início a pesquisas relacionadas à capacitação e formação dos profissionais, ofertando cursos para uma melhor atuação com habilitação para esse atendimento (PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS (PMF), 2020).

Diante do exposto, no decorrer da realização da pesquisa, conforme dados obtidos fica evidente que ainda é baixo o número de profissionais habilitados com especialização em PIC, com 7,25% dos participantes.

Para atender às políticas públicas voltadas às PIC, a PMF, através da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), elaborou um Parecer Normativo que tem por finalidade regulamentar a inserção das PIC e dos profissionais para atuar nessa área, oferecendo cursos e

oficinas para os profissionais que têm interesse em se especializar nessa área (PMF, 2020).

Com base nas informações obtidas através do site oficial da PMF, 14,25% dos profissionais ainda destacam que a SMS deveria não só estimular a prática de PIC no município, mas oportunizar e oferecer apoio (inclusive custear) a formação dos profissionais com vínculo efetivo com a prefeitura para viabilizar a implementação de novas práticas ainda pouco acessíveis como Biodança, Dança Circular, Yoga, Reiki, imposição de mãos, Shantala, etc. E outros 14,25% dos entrevistados citaram a falta de recursos financeiros para investir nos cursos de especialização e capacitação do profissional.

Contextualizando essas informações é importante elencar que a utilização das PIC, no tratamento dos usuários tem atingido resultados positivos para os mesmos. Nas PIC, o cuidado tem como objetivo não a doença, mas a pessoa, que deve ser orientada para o restabelecimento, ou mesmo para a melhoria do seu estado de saúde (LUZ, 2005; RIBEIRO, 2008).

A vista disso, 100% dos participantes destacaram os resultados positivos com o uso das PIC, e ainda destacaram os resultados positivos referente a redução da ansiedade e da depressão, dores crônicas, melhora do sono, redução dos efeitos da menopausa e às dores e efeitos colaterais que contribuíram para melhor qualidade de vida, a ampliação da autonomia e da concentração e vínculo com a equipe da saúde básica de Florianópolis.

Corroborando com esses resultados, estudo realizado por Dacal e Silva (2018), evidenciou os benefícios das PIC, incluindo o uso de plantas medicinais e fitoterapia, homeopatia, acupuntura em morbidades prevalentes nos idosos, bem como a redução do uso de medicamentos e a redução do uso de analgésicos.

Contribuindo com essas informações, um estudo realizado por Sousa e Tesser (2017), destaca o perfil das demandas patológicas atendidas por profissionais na APS, onde destacam que o uso das PIC apresenta resultados positivos na saúde mental, casos de dores de cabeça e doenças crônicas. O estudo de Silva e Tesser (2013) demonstra, ainda, em sua pesquisa a redução da dor em pacientes com câncer, bem como a redução dos níveis de ansiedade, bem como o aumento da autonomia e confiança dos pacientes, através da utilização das PIC concomitantemente aos tratamentos alopáticos.

No entendimento de 100% dos entrevistados, os tratamentos através das PIC não atrapalham o tratamento convencional, mas é um aliado.

Segundo pesquisa realizada por Gontijo e Nunes (2017), os profissionais de saúde reconhecem o efeito terapêutico das PIC, seu baixo custo na aplicação, melhor adesão por parte dos usuários, porém, nem todos os profissionais utilizam as PIC no tratamento da população, pois sabem pouco a respeito das terapias, o que gera insegurança na hora da sua indicação.

Corroborando com essa pesquisa, os profissionais enfermeiros que participaram dessa pesquisa, sobre a utilização das PIC na APS, concordam com sua utilização, e recomendariam o uso para auxiliar no tratamento dos usuários.

Gontijo e Nunes (2017), destacam que os enfermeiros, médicos e fisioterapeutas aderem melhor às PIC do que outras categorias profissionais, mas o enfermeiro por atuar na linha de frente no atendimento, em contato direto com os indivíduos na ESF tem uma visão ampliada das diferenças culturais, respeitando os indivíduos, adquire empatia, assim estabelece vínculo com maior facilidade do que outras categorias profissionais, proporcionando um espaço favorável para aplicação as PIC na atenção à população (GNATTA et al. 2011).

Deste modo, a ampla compreensão desses profissionais trouxe para os espaços de atenção primária o tratamento utilizando as PIC, ampliando o vínculo entre esses profissionais e usuários, no que resulta uma relação de confiança inegável entre eles. Não basta que o profissional dê informações, é necessário que seja conquistado o respeito de ambas as partes, para que o sucesso de um, seja o contentamento do outro, através do atendimento mais humanizado, pautado na ética e respeito aos envolvidos.

CONCLUSÃO FINAL

A Utilização das Práticas Integrativas e Complementares (PIC) por enfermeiros nos Centros de Saúde de Florianópolis deixa evidente a concordância que todos entrevistados, após iniciar os tratamentos convencionais integrados com as PIC, a saúde dos usuários apresentou melhoras, conforme relatos dos enfermeiros no decorrer da entrevista. Quanto a pesquisa, 7,24% têm formação para atuar na área, evidenciando a importância das mesmas após aprovação pelo seu uso pelo SUS, além disso, todos os entrevistados apoiam o seu uso nos tratamentos, devido aos resultados positivos alcançados.

A rede pública de saúde municipal de Florianópolis, prioriza um atendimento diferenciado, seguindo as normativas do SUS, adotou as PIC no atendimento aos usuários nos Centros de Saúde, oferecendo aos usuários, os tratamentos alternativos como ferramenta terapêutica. E com isso, trouxe novas possibilidades de tratamento, que quando indicados para uso, têm resultados positivos.

Após o trabalho desenvolvido, conclui-se que os resultados positivos, destacam os benefícios diretos, relacionados ao tratamento continuado, pois auxiliam na redução das dores, ansiedade e depressão. Com isso, está crescendo constantemente na APS, mas em contrapartida

ainda são necessários mais investimentos e cursos de especialização para que os enfermeiros possam utilizar as PIC durante seu atendimento e com isso, os profissionais bem capacitados, desenvolvem com segurança a prática assistencial, fornecem um tratamento com resultados positivos, fazendo os usuários aderirem ao tratamento com maior facilidade e estes tornam-se mais autônomos, assumindo uma nova postura de vida.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde (BR). Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS – PNPIC-SUS**. Série B. Textos Básicos para a Saúde. Brasília (DF): MS; 2006b.

Dacal MPO, Silva IS. **Impacto das práticas integrativas e complementares na saúde de pacientes crônicos**. Saúde debate. 2018.

GNATTA, Juliana Rizzo; DORNELLAS, Eliane Vasconcellos; SILVA, Maria Júlia Paes da. **O uso da aromaterapia no alívio da ansiedade**. Acta Paulista de Enfermagem, São Paulo, v. 24, n. 2, 2011.

GENIOLE, L. A. I.; KODJAOGLANIAN, V. L.; VIEIRA, C. C. A. **Política nacional de práticas integrativas e complementares no SUS**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS: Fiocruz Unidade Cerrado Pantanal, 2011.

GONTIJO, Mouzer Barbosa Alves; NUNES, Maria de Fátima. **Práticas Integrativas e Complementares: conhecimento e credibilidade de profissionais do serviço público de saúde**. Trabalho, Educação e Saúde, [s.l.], v. 15, n. 1. 2017.

HABIMORAD, P. H. L. et al. **Potencialidades e fragilidades de implantação da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares**. Ciência e Saúde Coletiva. Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 395-405, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csc/v25n2/1413-8123-csc-25-02-0395.pdf>. Acesso em 28 set. 2022.

LASAPONARI, E. F. et al. **Eficácia da Calatonia sobre os parâmetros clínicos no período pós-operatório imediato: estudo clínico**. Revista Latino-Americana de Enfermagem. v. 21, n. 5, p. 8 telas, Out, 2013.

LUZ, Madel. Therezinha. **Cultura Contemporânea e Medicinas Alternativas: novos paradigmas em saúde no fim do século XX.** PHYSIS: Revista Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 15, p.145- 176, 2005.

MACHADO, S. F. et al. **Intervenções não farmacológicas para o sono de pacientes submetidos à cirurgia cardíaca:** revisão sistemática. Revista Latino-Americana de Enfermagem. n.25, p. e2926, 2017. Disponível em: DOI: <https://www.scielo.br/j/rlae/a/GqmPn6WT9FpXtfpXmHgKL3B/?lang=en>. Acesso em 28 set.2022.

MAFETONI, R. R. et al. **Efetividade da auriculoterapia sobre a ansiedade no trabalho de parto: ensaio clínico randomizado.** Revista Latino-Americana de Enfermagem. n. 26, e3030, 2018.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **O que são as Práticas Integrativas e Complementares (PICS)?** 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/p/praticas-integrativas-e-complementares-pics-1>. Acesso 08 set. 2022.

NASCIMENTO, Marilene Cabral do; ROMANO, Valéria Ferreira; CHAZAN, Ana Claudia Santos e QUARESMA, Carla Holandino. **Formação em práticas integrativas e complementares em saúde:** Desafios para as universidades públicas. Trab. educ. saúde[online]. 2018, vol.16, n.2, pp.751-772. Epub 16-Abr-2018.

NASCIMENTO, Marilene Cabral. et al. **A categoria racionalidade médica e uma nova epistemologia em saúde.** Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 18, n. 12, p. 3595- 3604, dez. 2013.

OPAS. **Medicinas tradicionais, complementares e integrativas.** 2017. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topicos/medicinas-tradicionais-complementareseintegrativas>. Acesso 08 set. 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. **Práticas Integrativas e Complementares.** 2020. Disponível em: <https://www.pmf.sc.gov.br/entidades/saude/index.php?cms=praticas+integrativas+e+complementares&menu=5&submenuid=153>. Acesso 08 set. 2022.

RIBEIRO, Maria Mônica Freitas. **Medicina centrada no paciente e ensino médico: a**

importância do cuidado com a pessoa e o poder médico. *Revista Brasileira de Educação Médica*, Minas Gerais, v. 32, n. 1, p.90-97, mar. 2008.

SOUSA, Islandia Maria Carvalho de, TESSER, Charles Dalcanale. **Medicina Tradicional e Complementar no Brasil**: inserção no Sistema Único de Saúde e integração com a atenção primária. *Cad. Saúde Pública* [online]. 2017, vol.33, n.1, e00150215. Epub Jan 23, 2017.

TESSER, C. D.; SOUSA, I. M. C.; NASCIMENTO, M. C. **Práticas Integrativas e Complementares na Atenção Primária à Saúde brasileira**. *Saúde debate*. Rio de Janeiro, v. 42, n. 1, p. 174-188, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sdeb/v42nspe1/0103-1104-sdeb-42-spe01-0174.pdf>. Acesso em: 18 set.. 2022.

7 CONCLUSÃO FINAL

Este estudo teve como objetivo conhecer perfil dos profissionais enfermeiros em relação a utilização das Práticas Integrativas e Complementares por enfermeiros nos Centros de Saúde de Florianópolis.

O uso das PIC na saúde pública teve início na década de 80, através do SUS, para atender as novas orientações da OMS, oferecer tratamentos alternativos usuários. Assim, a medicina alopática em conjunto com a Medicina Complementar Alternativa trouxe resultados positivos para a saúde dos pacientes após a realização do tratamento, desde que seguidos rigorosamente os direcionamentos do MS. Sendo assim, a rede pública dos municípios brasileiros buscou inserir o uso das PIC na sua APS.

Neste contexto, as PIC ao serem inseridas nos atendimentos da rede municipal de Florianópolis, trouxe novas possibilidades aos usuários, que após iniciarem o tratamento tiveram os sintomas reduzidos, resultados positivos e em alguns casos conforme respostas dos entrevistados deixaram de usar os medicamentos convencionais. Diante desses fatos, por ainda ser recente no SUS, fica evidente a necessidade de ampliar esses atendimentos e possibilitar cursos para ampliar o número de profissionais capacitados.

Diante desses fatos, as PIC têm conquistado cada vez mais espaço nos atendimentos na rede pública, evidenciando que o tratamento humanizado em conjunto com a medicina alopática tem resultados mais positivos. Assim, no município de Florianópolis, ao iniciar o uso da PIC, realizou-se cursos de aperfeiçoamento para os profissionais enfermeiros na área, para poder utilizá-las durante seus atendimentos com os usuários.

Os resultados positivos, devido a capacitação dos profissionais enfermeiros que no momento do atendimento com o paciente, tem conhecimento para explicar os benefícios e assim conduzir da maneira mais eficiente o seu uso, sempre mantendo os tratamentos convencionais quando indicados por médicos, para atingir os resultados esperados. Mas enquanto de um lado o uso das PIC tem evoluído, se percebe que ainda são necessários mais investimentos pelo governo, para conseguir ampliar os atendimentos. Portanto, os profissionais enfermeiros são o elo de ligação nos atendimentos no qual fazem uso das PIC, resultando em cuidados alternativos na atenção primária de saúde, garantindo um atendimento individualizado, buscando articular a promoção à saúde e a prevenção durante a fase do diagnóstico e durante o tratamento.

Com base nestas informações concluiu-se que os enfermeiros da rede municipal de Florianópolis faz uso das PIC, nos seus atendimentos na APS, visando atingir cada vez mais o número de usuários nessa modalidade de atendimento, garantindo assim tratamentos alternativos em parceria com os convencionais, para ampliar as possibilidades do paciente e qualidade de vida.

REFERÊNCIAS

Barros, N. F., & Tesser, C. D. **Medicalização social e medicina alternativa e complementar: pluralização terapêutica do Sistema Único de Saúde.** 2008. Revista de Saúde Pública, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102008000500018. Acesso 16 jun. 2022.

BRASIL. Portaria 971/2006. **Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no Sistema Único de Saúde.** Disponível em: https://www.cff.org.br/userfiles/38%20-%20BRASIL_%20MINIST%C3%89RIO%20DA%20SA%C3%9ADE_%20Portaria%20n%C2%BA%20971,%20de%2003%20de%20maio%20de%202006_.pdf. Acesso em 09 jul. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Inclui 10 novas práticas integrativas no SUS.** Brasília: Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: https://bvsm.sau.gov.br/bvs/sau/legis/gm/2018/prt0702_22_03_2018.html. Acesso: 09 jul. 2022.

BRASIL, Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção Básica 2012. Disponível em: <http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/geral/pnab.pdf>. Acesso em 02 jul. 2022.

CAMPOS, Gastão Wagner Souza et al. **Reflexões sobre a atenção básica e estratégia de saúde da família.** São Paulo, 2012.

COFEN. Conselho Federal de Enfermagem. **Manifesta apoio às Práticas Integrativas e Complementares.** Brasília, Cofen 2018. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/cofen-manifesta-apoio-as-praticas-integrativas-e-complementares_61201.html. Acesso em: 23 junho. 2022.

CONTATORE, O. A. et al. **Uso, cuidado e política das práticas integrativas e complementares na Atenção Primária à Saúde.** Ciência e Saúde Coletiva. Rio de Janeiro, v. 20, n. 10, p. 3263-3273, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csc/v20n10/1413-8123-csc-20-10-3263.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2022.

GOYATÁ, Sueli Leiko Takamatsu; AVELINO, Carolina Costa Valcanti; SANTOS, Sérgio Valverde Marques; SOUZA JUNIOR, Deusdete Inácio; GURGEL, Maria Dorise Simão Lopes; TERRA, Fábio de Souza. **Efeitos da acupuntura no tratamento da ansiedade: revisão integrativa.** Revista Brasileira de Enfermagem, Internet, v.69, n.3. 2016. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/reben/a/nFTpYKy5K4GY9JRXZ7FvcRc/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 27 jun. 2022.

GIL, Célia Regina Rodrigues. Atenção primária, atenção básica e saúde da família: sinergias e singularidades do contexto brasileiro. *Cad. Saúde Pública* [online]. 2006, vol.22, n.6, pp. 1171-1181. ISSN 0102-311X. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v22n6/06.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2022.

GIOVANELLA, L; MENDONÇA, M.H.M. **Atenção Primária à saúde**. GIOVANELLA, L et al. (orgs). Políticas e sistema de saúde no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.

HABIMORAD, P. H. L. et al. **Potencialidades e fragilidades de implantação da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares**. *Ciência e Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 395-405, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/5GhvcX3KrXxFS5LqsFhpbVP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 12 de jul. 2022.

LIMA, et al . Contribution of university extension activities in a group of pregnant women and couples for the training of nurses. *Esc. Anna Nery*, Rio de Janeiro , v. 22, n. 4, e20170367, 2018a . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141481452018000400209&lng=en&nrm=iso>. access on 26 jul. 2022. Epub Aug 20, 2018. <https://doi.org/10.1590/2177-9465-ean-2017-0367>.

LUZ, Madel T.. **Cultura contemporânea e medicinas alternativas: novos paradigmas em saúde no fim do século XX**. Physis, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/z9PJY5MpV44ZdCmkNcLmBPq/?lang=pt>. Acesso em: 20 junho. 2022.

MARQUES, A.M.P.; PEREIRA NETO, M. R. Das Medicinas Tradicionais às Práticas Integrativas e Complementares em Saúde: Caracterização dos recursos humanos nas Práticas Alternativas de Saúde adotadas no Distrito Federal. Brasília: UnB, Observa RH, NESP. Série Observação 4, 2010.

MAGALHÃES, M. G. M.; ALVIM, N. A. T. **Práticas integrativas e complementares no cuidado de enfermagem: um enfoque ético**. *Escola Anna Nery* , Rio de Janeiro, v. 17, n. 4, p. 646-653, 2013. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ean/a/bZpQQzKKJ3bvKV9vSxLRfVH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso 11 jul 2022.

MELO, Suzane Cristina Costa; SANTANA, Raíra Gomes; SANTOS, Déborah Cardozo; ALVIM, Neide Aparecida Titonelli. **Práticas complementares de saúde e os desafios de sua aplicabilidade no hospital: Visão de Enfermeiros**. Revista Brasileira de Enfermagem, Internet, v. 66 n. 6 p. 840-846, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/3YZ8t5nq9h39JsR7BP98TDn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 jul 2022.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Portaria nº 971, de 3 de maio de 2006**. Aprova a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares. 2006.

NASCIMENTO, M. V. N.; OLIVEIRA, I. F. **As práticas integrativas e complementares grupais e sua inserção nos serviços de saúde da atenção básica**. Estudos de psicologia. Natal, v. 21, n. 3, p. 272-281, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epsic/a/Wk7tNCFW4mp5qMKCnfvX7wB/?format=pdf&lang=pt>. Acesso 08 jul 2022.

PENNAFORT Viviane Peixoto dos Santos; FREITAS, Consuelo Helena Aires; JORGE, Maria Salete Bessa; QUEIROZ, Maria Veraci Oliveira; AGUIAR, Clayre Anne de Araújo. **Práticas integrativas e o empoderamento da enfermagem**. Revista Mineira De Enfermagem, Minas Gerais, v. 16 n. 2 p. 289-295, 2012. Disponível em: <http://www.reme.org.br/artigo/detalhes/531>. Acesso em: 30 jun. 2018.

POLIT, et al. **Fundamentos de pesquisa em enfermagem: métodos, avaliação e utilização**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed Editora, 2004.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. **Práticas integrativas complementares**. 2020. Disponível em: <https://www.pmf.sc.gov.br/entidades/saude/index.php?cms=praticas+integrativas+e+complementares&menu=5&submenuid=153>. Acesso 06 jul. 2022.

SANTOS, F.A.S et al. Política de práticas integrativas em Recife: análise da participação dos atores. Revista de Saúde Pública. São Paulo, 2011.

SOUSA, M. F.; HAMANN, E. M. **Programa Saúde da Família no Brasil: uma agenda incompleta?** Ciênc. Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 1325-1335, set./out. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2009.v14suppl1/1325-1335/> >. Acesso em: 01 jul. 2011.

TESSER, C. D.; SOUSA, I. M. C.; NASCIMENTO, M. C. **Práticas Integrativas e Complementares na Atenção Primária à Saúde brasileira.** Saúde debate . Rio de Janeiro, v. 42, n. 1, p. 174-188, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sdeb/v42nspe1/0103-1104-sdeb-42-spe01-0174.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2022.

APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE ENFERMAGEM
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

BASEADO NAS DIRETRIZES CONTIDAS NA RESOLUÇÃO CNS Nº466/2012, MS.

Prezado (a) Senhor (a),

Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa intitulada “Utilização das Práticas Integrativas e Complementares (PIC) por enfermeiros nos Centros de Saúde de Florianópolis”. Essa pesquisa foi desenvolvida por Maria Eduarda Sabino de Ávila, do Curso de Enfermagem da Universidade Federal de Santa Catarina, sob a orientação da Prof^ª. Dr^ª. Jussara Gue Martini, para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

O objetivo desta pesquisa é analisar o perfil dos profissionais enfermeiros, conhecer o número de enfermeiros que utilizam PIC, as principais terapias utilizadas, se traz autonomia para sua assistência, etc.

Solicitamos a sua colaboração para participar da entrevista com duração média de 5 minutos, bem como sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de saúde e publicar em revista científica. Seu nome será mantido em sigilo absoluto.

Ao responder o e-mail do pesquisador contendo o TCLE e posteriormente o formulário do link de acesso, deixa implícito a concordância com o TCLE e seu aceite em participar da pesquisa, dispensando a assinatura, conservando contudo, a transparência.

Fazem parte desta pesquisa os enfermeiros que atuam nos Centros de Saúde de Florianópolis. A coleta de dados foi composta pelo formulário construído na plataforma Google Forms que contém questões de maioria múltipla escolha, sobre o uso das PIC na APS pelos

enfermeiros. Os enfermeiros poderão responder o formulário em momentos e horários em que eles acharem mais oportunos e propícios.

A partir dos dados coletados pela entrevista, será elaborado percentagens com o número total de respostas para cada item do formulário. Os dados serão organizados, descritos e comparados, destacando-se os aspectos importantes.

Suas respostas serão tratadas de forma anônima e confidencial, em nenhum momento será divulgado seu nome. Quando for necessário exemplificar determinada situação, sua privacidade será assegurada. Seu nome e informações de identidade não serão revelados nos resultados desta pesquisa, nem de trabalhos científicos, artigos, revistas e eventos que utilizem os dados deste estudo.

Esse estudo não apresenta nenhum risco de natureza física a você, os riscos durante o preenchimento deste formulário serão mínimos, por envolver uma pesquisa que necessita da coleta de dados por meio de respostas pessoais, você poderá se sentir ansioso(a), cansaço visual, algum desconforto ou incômodo devido à possibilidade de dúvidas no preenchimento das opções e problemas com a instabilidade do sinal de internet.

Os benefícios aos participantes da pesquisa e à comunidade será conhecer o perfil dos profissionais enfermeiros da APS de Florianópolis referente às práticas integrativas e complementares. Fazer parte da conscientização da sociedade a respeito da natureza da construção do conhecimento científico.

A legislação brasileira não permite que você tenha qualquer compensação financeira pela sua participação na pesquisa e você não terá nenhuma despesa advinda da sua participação. Mas você será ressarcido se houver despesas imprevistas comprovadamente decorrentes da pesquisa e você terá o direito de indenização por danos comprovadamente decorrentes da pesquisa.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, poderá se retirar da pesquisa a qualquer momento, sem qualquer tipo de constrangimento. Para isso, basta entrar em contato com os pesquisadores responsáveis. Os pesquisadores estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considerem necessário em qualquer etapa da pesquisa. Caso tenha alguma dúvida sobre o formulário ou sobre o projeto você poderá entrar em contato com o pesquisador a qualquer momento pelo telefone, e-mail ou endereço residencial, fornecidos abaixo.

Li este documento e obtive dos pesquisadores todas as informações que julguei necessárias para me sentir esclarecido. Estou ciente que meus dados serão tratados com absoluta segurança para garantir a confidencialidade, privacidade e anonimato em todas as etapas do

estudo. Entendo que minha participação é totalmente voluntária e que posso desistir a qualquer momento, sem qualquer prejuízo. Considerando, que fui informado(a) dos objetivos e da relevância do estudo proposto, de como será minha participação, dos procedimentos e riscos decorrentes deste estudo, declaro o meu consentimento em participar da pesquisa, como também concordo que os dados obtidos na investigação sejam utilizados para fins científicos (divulgação em eventos e publicações).

Ao dar continuidade ao formulário, você estará declarando ter lido o TCLE e sua aceitação de participação será eletronicamente, ao responder a devida questão, o que corresponderá à assinatura deste TCLE, declara que está ciente de seus direitos e deveres como participante da pesquisa.

Assinatura do(a) participante

Assinatura da pesquisadora
Maria Eduarda Sabino de Ávila

Em caso de dúvidas, você poderá entrar em contato com a graduanda Maria Eduarda Sabino de Ávila, pelo telefone (48) 98470-3505, e-mail: mariaeduardasabinodeavila@gmail.com ou endereço Estrada Dário Manoel Cardoso, nº 584, Ingleses, Florianópolis - Santa Catarina. Ou entrar em contato com a Prof^a. Dr^a. Jussara Gue Martini, e-mail: jussara.gue@ufsc.br, Departamento de Enfermagem. Programa de Pós-graduação em Enfermagem. Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.

Caso você tenha dúvidas e/ou perguntas sobre seus direitos como participante deste estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEPSH) da UFSC, Prédio Reitoria II, Rua Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 401, Trindade, Florianópolis/SC; CEP 88.040-400, telefone (48) 3721-6094 e e-mail: cep.propesq@contato.ufsc.br .

APÊNDICE B - Roteiro da pesquisa

| | |
|--|---|
| Título da pesquisa: Utilização das Práticas Integrativas e Complementares (PIC) por enfermeiros nos Centros de Saúde de Florianópolis | |
| Após ler o TCLE você aceita participar desta pesquisa? () Sim () Não | |
| Dados Sociodemográficos | |
| Sexo: () Feminino () Masculino | Idade: () 22 a 29 anos () 30 a 39 anos () 40 a 49 anos () 50 a 59 anos () 60 ou mais |
| Dados Profissionais | |
| Há quanto tempo é formado? () menos de 1 ano () 1 a 5 anos () 5 a 10 anos () 10 a 15 anos () 15 a 20 anos () 20 a 25 anos () 25 a 30 anos () 30 ou mais | Há quanto tempo atua na Atenção Primária de Saúde? () menos de 1 ano () 1 a 5 anos () 5 a 10 anos () 10 a 15 anos () 15 a 20 anos () 20 a 25 anos () 25 a 30 anos () 30 ou mais |
| Tem alguma especialização? () Sim () Não Se sim, qual? | A qual distrito pertence o seu Centro de Saúde? () Norte () Sul () Centro () Continente |
| Sobre a utilização da Práticas Integrativas e Complementares (PIC) na APS: () Apoia () Não apoia () Neutro | Você recomendaria o uso das PIC para alguém? () Sim () Não |
| Realiza ou já realizou o uso de alguma das 29 PIC oferecidas pelo SUS no seu atendimento aos pacientes? () Sim () Não | |
| Se sim, selecione qual/quais. () acupuntura () homeopatia () fitoterapia () antroposofia () termalismo () arteterapia () ayuverda () biodança () dança circular () meditação () musicoterapia () naturopatia () osteopatia () quiropraxia () reflexologia () reike () shantala () terapia comunitária integrativa () yoga () apiterapia () aromaterapia () bioenergética () constelação familiar () cromoterapia () geoterapia () hipnoterapia () imposição de mãos () ozonioterapia () terapia de florais | |
| Em sua opinião, acha que traz autonomia para o seu atendimento? () Sim () Não | |
| Vê resultados positivos na saúde dos indivíduos com uso das PIC? () Sim () Não | |

Se sim, descreva se possível os resultados que foram obtidos com o uso das PIC utilizadas;

Na sua opinião, atrapalha o tratamento convencional? E o porquê?

Sim Não

Tem interesse em fazer pós-graduação em Terapias Integrativas?

Gostaria de acrescentar algo?

ANEXO 1 - Parecer consubstanciado do Comitê de Ética e Pesquisa

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SANTA CATARINA - UFSC



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: UTILIZAÇÃO DAS PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES (PIC) POR ENFERMEIROS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE (UBS) DE FLORIANÓPOLIS

Pesquisador: Jussara Gue Martini

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 44151821.8.0000.0121

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.880.589

Apresentação do Projeto:

A pesquisa intitulada "UTILIZAÇÃO DAS PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES (PIC) POR ENFERMEIROS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE (UBS) DE FLORIANÓPOLIS", está sendo desenvolvida por Maria Eduarda Sabino de Ávila, do Curso de Enfermagem da Universidade Federal de Santa Catarina, sob a orientação da Profª. Drª Jussara Gue Martini, para o trabalho de conclusão de curso (TCC). O objetivo do estudo é conhecer o número de enfermeiros que utilizam PICS na APS no município e as principais terapias utilizadas por estes profissionais, a quantidade de enfermeiros da ABS que estão aplicando, quantos estão se capacitando, quantos têm interesse nessa área e saber se traz autonomia para sua assistência.

Objetivo da Pesquisa:

Geral: Conhecer quais as Práticas Integrativas e Complementares são utilizadas pelos enfermeiros das Unidades Básicas de Saúde de Florianópolis.

Específicos: Identificar as principais terapias utilizadas pelos enfermeiros, saber quantos enfermeiros da APS estão aplicando, quantos estão se capacitando, quantos têm interesse nessa área e a autonomia que traz para assistência.

Endereço: Universidade Federal de Santa Catarina, Palácio Reitoria II, R: Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 401
Bairro: Trindade **CEP:** 88.040-400
UF: SC **Município:** FLORIANÓPOLIS
Telefone: (48)3721-6094 **E-mail:** cep.propesq@contato.ufsc.br

Continuação do Parecer: 4.680.689

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Para essa pesquisa os riscos e/ou desconfortos para o participante da pesquisa serão mínimos (desconfortos psicológicos, alterações emocionais e stress) por ser uma pesquisa que envolverá coleta de dados de questões profissionais.

Benefícios:

Os benefícios aos participantes da pesquisa e/ou comunidade será conhecer o perfil dos profissionais enfermeiros da APS de Florianópolis em relação às práticas alternativas.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa apresenta pertinência, fundamentação bibliográfica e uma vez obtido os dados conclusivos proporcionará uma visão mais abrangente sobre o tema proposto

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Documentos de acordo com as solicitações do CEPESH.

Recomendações:

Uma vez que será aplicado TCLE de forma online recomendamos que sejam seguidas as orientações contidas no OFÍCIO CIRCULAR Nº 2/2021/CONEP/SECNS/MS de 24 de fevereiro de 2021 disponibilizado no site do CEPESH-UFSC para pesquisas que envolvam ambiente virtual e que sejam feitos os ajustes pertinentes no TCLE conforme a metodologia escolhida pela pesquisadora.

<https://cep.paginas.ufsc.br/files/2021/03/Oficio-Circular-2-de-24-de-fevereiro-de-2021-ORIENTA%C3%87%C3%95ES-PARAQUALQUER-ETAPA-DE-PESQUISA-EM-AMBIENTE-VIRTUAL.pdf>

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Foram realizadas as adequações no TCLE sendo incluído endereço do CEPESH e informações referentes as pesquisas em ambiente virtual.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

| Tipo Documento | Arquivo | Postagem | Autor | Situação |
|--------------------------------|---|------------------------|-------|----------|
| Informações Básicas do Projeto | PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P ROJETO_1698470.pdf | 16/04/2021 22:11:34 | | Acerto |

Endereço: Universidade Federal de Santa Catarina, Prédio Reitoria II, R: Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 401
Bairro: Trindade **CEP:** 88.040-800
UF: SC **Município:** FLORIANÓPOLIS
Telefone: (48)3721-6094 **E-mail:** cep.propesq@contato.ufsc.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SANTA CATARINA - UFSC



Continuação do Parecer: 4.680.569

| | | | | |
|--|---|------------------------|----------------------------------|--------|
| Projeto Detalhado / Brochura Investigador | pTCC1.pdf | 16/04/2021 22:11:17 | MARIA EDUARDA SABINO DE AVILA | Aceito |
| TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência | TCLE.pdf | 16/04/2021 22:11:04 | MARIA EDUARDA SABINO DE AVILA | Aceito |
| Declaração de Instituição e Infraestrutura | DECLARACAO_anuencia_institucional.p df | 01/03/2021 17:37:05 | Jussara Gue Martini | Aceito |
| Folha de Rosto | FolhaDeRosto_assinado_assinado.pdf | 01/03/2021 16:54:29 | Jussara Gue Martini | Aceito |

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

FLORIANOPOLIS, 29 de Abril de 2021

Assinado por:

Nelson Canzian da Silva
(Coordenador(a))

Endereço: Universidade Federal de Santa Catarina, Prédio Reitoria II, R: Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 401
Bairro: Trindade **CEP:** 88.040-400
UF: SC **Município:** FLORIANOPOLIS
Telefone: (48)3721-9094 **E-mail:** cep.propesq@contato.ufsc.br

ANEXO 2 - Declaração da Comissão de Acompanhamento dos Projetos de Pesquisa em Saúde da Prefeitura Municipal de Florianópolis



Prefeitura Municipal de Florianópolis
Secretaria Municipal de Saúde
Comissão de Acompanhamento dos Projetos de Pesquisa em Saúde

Florianópolis, 23 de novembro de 2020.

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins e efeitos legais, objetivando atender às exigências para a obtenção de parecer do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos - CEPESH, e como representante legal da Instituição, que tomei conhecimento do projeto de pesquisa intitulado "UTILIZAÇÃO DAS PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES (PIC) POR ENFERMEIROS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE (UBS) DE FLORIANÓPOLIS" da pesquisadora responsável Maria Eduarda Sabino de Ávila. Declaro ainda, que cumprirei os termos da Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012 e suas complementares e que esta instituição está de acordo com o desenvolvimento do projeto. Autoriza-se, portanto, a sua execução, condicionando seu início à apresentação do parecer favorável do CEPESH, ao respeito aos princípios éticos, à autonomia dos sujeitos e à disponibilidade dos serviços.

Evandro Silveira

Comissão de Acompanhamento dos
Projetos de Pesquisa em Saúde
Matrícula 28414-9 SMS/PMF

Evandro Silveira

Membro da Comissão de Acompanhamento dos Projetos de Pesquisa em Saúde – CAPPS
Secretaria Municipal de Saúde
Prefeitura Municipal de Florianópolis

